



Anais da Assembléia

Nº 081

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha). **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 059.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1993**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edison Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colago e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Costenaro Neto, João Preis, Luiz Antonio Setti e Ovídio Constantino (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° 1124/93, do Senhor Rafael Iatauro - Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pela Deputada Emilia Belinati, sobre "Repêsses feitos às Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná". Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.

Sob o n° 0271/DSTC/DARM/DER, do Senhor

Cezar Benoliel - Diretor da Divisão dos Serviços de Transporte Comercial, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado José Alves, sobre "Transporte de Passageiros, de Maringá e Astorga". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 0268/93/DSTC/DARM/DER, do Senhor Cezar Benoliel - Diretor da Divisão dos Serviços de Transporte Comercial, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Senhor Deputado José Alves, sobre "Transporte de Passageiros, de Mandaguáçu, Paulinópolis e Atalaia". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 4026, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, sobre "Recuperação e reativação do Porto de Antonina". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 4059/93, do Sr. Mauro Rocha - Chefe da Casa Civil em exercício, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Algaci Túlio, sobre "Pagamento de Indenização por Área de Terras do Estado do Paraná à Itararé Imobiliária e Colonizadora". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OFÍCIO N° 90/93

Senhor Presidente.

Impossibilitado de estar presente aos trabalhos parlamentares deste dia 21 de junho, nessa Assembléia Legislativa, tomo a liberdade de solicitar de Vossa Excelência a gentileza de apresentar justificativa a minha ausência.

Sendo só o que se me oferece para o momento, permita-me ao ensejo, apresentar a Vossa Excelência as minhas saudações.

Sala das Sessões, em 21.06.93

(a) MÁRIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 169/93, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Florai, o imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de

Urgência ao Projeto de Lei nº 259-93, que autoriza estudos e projetos de pontes internacionais.

Sala das Sessões, em 21.06.93

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento do Projeto de Lei nº 056/93, da Ordem do Dia por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2087

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 043/93, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 398/91, de autoria do nobre Deputado Alga-ci Túlio, da Ordem do Dia por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja retirado de pauta de hoje dia 21 de junho de 1993, por 5 (cinco) sessões, o Projeto de Lei 164/93, de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Impõe-se a retirada da pauta de hoje do Projeto de Lei nº 164/93 em razão de pedido do próprio Deputado autor, que ausenta-se hoje de Plenário por motivos relevantes. O prazo requerido de 5 (cinco) sessões dá condições da matéria retornar à apreciação do Plenário sem que se acarrete quaisquer prejuízos e possibilita que seu autor defenda os interesses envolvidos no Projeto.

REQUERIMENTO N° 2080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER, a criação de Comissão Especial, composta por 05 (cinco) membros, pelo prazo de 90 (noventa) dias, para acompanhar o encaminhamento dos problemas gerados pela inadimplência da Cooperativa Agrícola de Cotia (C.A.C.), junto a seus associados e cooperados.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamento não poderia desconhecer a grave crise financeira enfrentada pela Cooperativa Agrícola de Cotia (C.A.C.). Somente no Estado do Paraná a Cooperativa conta com aproximadamente 18.000 (dezoito mil) associados.

A proposta de criação de Comissão Especial, nesta Casa, vem de encontro à expectativa de associados, cooperados e da sociedade paranaense, que assiste a dramática situação em que se encontra a C.A.C.

A classe política dos demais Estados da Federação já vem mobilizando suas forças e organizando-se para acompanhamento do desenvolvimento dos problemas gerados a partir da inadimplência da Cooperativa junto a seus associados e cooperados.

A preocupação maior assenta-se na constatação de que, se não forem tomadas medidas urgentes e eficazes, a situação poderá atingir, notadamente, pequenos e médios agricultores, agravando ainda mais, a crise por que passa, não só a agricultura, mas os demais segmentos da sociedade.

Esperamos contar com a anuência dos Senhores Deputados para aprovação do presente.

REQUERIMENTO N° 2090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, a utilização das dependências do Plenário Waldemar Daros ou Gabriel Sampaio nos dias 26 e 27 de agosto do corrente ano, para a realização do Fórum madeirense de 1993.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) RENATO ADUR

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após aprovado pelo douto Plenário, REQUEREM, seja discutido e aprovado o Relatório Final já aprovado pela Comissão Especial da ULTRAFÉRTIL, tomando as providências nele indicadas de que a Procuradoria da Assembléia Legislativa requeira em juízo a suspensão imediata do leilão da empresa, com base nos fundamentos do Relatório, e que o referido Relatório, seja dado a conhecer às autoridades nele relacionadas.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(aa) RENATO ADUR, DR. ROSINHA, LOURENÇO FREGONESE, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, OSWALDO TREVISAN, PAULO MAIA, NELSON JUSTUS E LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Dada a exigüidade do tempo até a conclusão do leilão de privatização da empresa ULTRAFÉRTIL, impõe-se a agilização, por parte desta Assembléia Legislativa, da discussão e aprovação do Relatório Final da Comissão Especial da ULTRAFÉRTIL. Deve ser aprovado, para que os trabalhos tenham efeitos práticos, a determinação de que a Procuradoria da Casa Interponha medida judicial cabível para a suspensão do referido "leilão" da empresa, bem como seja dado conhecimento do Relatório às autoridades públicas que relaciona.

COMISSÃO ESPECIAL DA ULTRAFÉRTIL
RELATÓRIO FINAL

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é resultado do trabalho da Comissão Especial sobre a privatização da ULTRAFÉRTIL. Diante das inúmeras dúvidas que cercam o programa de privatizações, das constantes denúncias de irregularidades, adiamentos de leilões e atendendo reivindicação da Associação dos Profissionais da ULTRAFÉRTIL de Araucária e demais setores organizados da sociedade, foi solicitada e constituída a presente Comissão através de Requerimento de autoria do Deputado Paulo Maia, líder da bancada do Partido Democrático Trabalhista aprovado por unanimidade em 7 de junho de 1993. Compõem a Comissão os seguintes Deputados Estaduais: Paulo Maia de Oliveira (Presidente); Luiz Henrique Bona Turra (vice-Presidente); Dr. Rosinha (Relator); Nelson Justus; Geraldo Cartário; Alceu Swarowski; Carlos Simões; Lourenço Fregonese e Plauto Miró Guimarães.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA COMISSÃO

- 16/junho - Visita à ULTRAFÉRTIL.
10 horas.
- 16/junho - Reunião da Comissão com de-

Curitiba, segunda, em 21.06.93

pointamentos dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e da Associação dos Profissionais da ULTRAFÉRTIL de Araucária.

16 horas.

- 17/junho - Reunião da Comissão com depoimentos dos diretores da ULTRAFÉRTIL.
10 horas.
- 21/junho - Reunião da Comissão para aprovação do Relatório final.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO: AS PRIVATIZAÇÕES A NÍVEL INTERNACIONAL

Mudanças no cenário político internacional determinaram uma nova estratégia global, elaborada e desenvolvida pelos países capitalistas avançados, que procura redefinir o papel do Estado na economia. Em linhas gerais, caberia ao Estado afastar-se progressivamente do controle das esferas produtivas, concentrando-se apenas em alguns poucos setores considerados essenciais: promover a internacionalização da economia, derrubando protecionismos aos produtos nacionais e deixar a regulação da economia sob o império exclusivo do mercado.

Esta orientação global da economia, exemplificada modelarmente pelas experiências da Inglaterra, funcionou como paradigma de ação política para diversos países do terceiro mundo, na maioria esmagadora dos casos as conseqüências foram desastrosas. A queda da inflação em países como a Argentina, Chile, México e Bolívia foi obtida com a pauperização brutal da população, aprofundando o abismo social entre os poucos ricos e milhões de miseráveis.

Mesmo os países de tradição econômica liberal, como os Estados Unidos, não são seguidores fiéis da pregação neoliberal. A Inglaterra, por exemplo, em doze anos de governo conservador e neoliberal privatizou apenas 17% do seu sistema empresarial. Em todos eles o Estado tem papel decisivo na regulação da economia e, em muitos deles, controla diretamente importantes setores econômicos. O setor da agricultura pode ser usado como exemplo de protecionismo à produção nacional, constituindo um conjunto de medidas que garantem a produção e o desenvolvimento tecnológico.

No caso específico da produção de fertilizantes são conclusivos os seguintes dados:

- 65% da produção de fertilizantes nitrogenados e 80% dos fertilizantes compostos (NPK) da Europa ocidental são estatais.
- Das 17 maiores empresas mundiais de fertilizantes, 12 são estatais, uma é de economia mista e 4 são privadas, sendo duas controladas por estatais de outros países.

3. A PRIVATIZAÇÃO DA ULTRAFÉRTIL

3.1 - A importância estratégica do setor de fertilizantes.

A agricultura responde por cerca de 40% do PIB nacional, movimentando negócios da ordem de 140 bilhões de dólares anuais. Nossa agricultura, apesar da importância para o desenvolvimento do país, é tecnologicamente muito atrasada. A produtividade média das principais culturas, com exceção da soja, é bastante inferior a de países menos desenvolvidos que o nosso. Nosso consumo de fertilizantes é de 48 quilos por hectare. Nossa agricultura, apesar de sermos a 8.^a economia mundial, consome apenas 2,6% da produção global de fertilizantes.

O crescimento populacional exige medidas efetivas para o combate à fome no Brasil. Neste sentido a indústria de fertilizantes tem papel fundamental, e o governo deve agir positivamente para diminuir os problemas nesta área. Cabe ressaltar, segundo documento produzido por profissionais do grupo PETROFERTIL, que "caso sejam aplicadas técnicas agrícolas já existentes, associadas ao uso intensivo de fertilizantes, haverá uma redução de 31 milhões de hectares que, além de preservar o meio ambiente, implicaria em uma redução significativa de investimentos em infra-estrutura." (pág. 52).

Nossos índices econômicos e sociais indicam que o consumo de calorias no Brasil é de 1900 kcalorias/per capita/por dia, enquanto que a Organização Mundial da Saúde coloca como mínimo 2400 kcaloria/per capita/por dia.

3.2 - A história da ULTRAFÉRTIL

A ULTRAFÉRTIL, tal como hoje é constituída, teve sua origem através de três empreendimentos distintos da própria iniciativa privada, que abandonou o setor em 1974 em razão da crise econômico-financeira do País e que determinou a intervenção governamental e a inserção da empresa no processo estratégico para tornar o Brasil auto-suficiente na produção de fertilizantes e aumentar a sua produção agrícola. Agora, que o setor mostra-se absolutamente atraente em razão de uma demanda mundial pelos produtos da empresa, a iniciativa privada tem interesse em assumir novamente o seu controle.

Segundo documento elaborado pela Associação dos Profissionais da ULTRAFÉRTIL de Araucária, e que resgata a história da empresa em meados de 1950 o Conselho Nacional do Petróleo ofereceu, sem êxito, a iniciativa privada, o gás sobrando da Refinaria de Petróleo de Cubatão. Coube, então à PETROBRÁS o seu aproveitamento na produção de amônia, ácido nítrico e nitrô.

cálcio, dando origem à FAFER, em 1958, inicialmente vinculada ao CNP, posteriormente à Refinaria e finalmente em 1977 como um complexo da ULTRAFÉRTIL.

Em 1965 foi constituída a ULTRAFÉRTIL S.A. - Indústria e Comércio de Fertilizantes, pela Associação da Phillips Petroleum (EUA) com o grupo Ultra (nacional), visando explorar um enorme "filão" que o mercado de fertilizantes químicos se apresentava diante da incontestável vocação agrícola brasileira (e forte subsídio para o empreendimento). Iniciou suas atividades comercializando fertilizantes importados. Houve rápida expansão valendo-se do Terminal Marítimo próprio, em Santos, e do acesso rododiferroviário para distribuição em redes e filiais que prestavam assistência técnica de serviços agrícolas.

Em 1970 concluiu a implantação do seu Complexo de Fertilizantes em Piaçaguera (SP), iniciando no País a produção de ácido fosfórico e amônia, insumos básicos para a produção de fertilizantes químicos nitrogenados e fosfatados, já que o Potássio continuaria sendo de extração mineral (quase todo importado).

Com a crise econômico-financeira da década de 70 a Phillips Petroleum deixou os negócios de fertilizantes e o desinteresse da iniciativa privada com a produção de matéria-prima para fertilizantes químicos no País sem fortes subsídios do governo a sustentar a iniciativa privada, coube mais uma vez à PETROBRÁS a continuação do empreendimento, via PETROQUISA, em 1974. O que viria a ser a estatização da ULTRAFÉRTIL, veio na verdade ao encontro da visão estratégica do governo em relação à necessidade de tornar o Brasil auto-suficiente na produção de fertilizantes químicos, de eliminar custos de importação de US\$ 700 milhões/ano de fertilizantes químicos e tendo por objetivo final aumentar a produção agrícola no Brasil para consumo interno e o excedente para exportação.

Esta estratégia resultou na criação da Petrofértil, em 1976, uma subsidiária da Petrobrás que assumiria o controle acionário da ULTRAFÉRTIL em 1977. Iniciaram-se grandes investimentos estatais na área, sendo que a Unidade de Araucária teve investidos US\$ 500 milhões para a produção de amônia e uréia a partir de resíduo asfáltico - a única no mundo com esta tecnologia - através de um processo que permite alta eficiência global. Este Complexo foi incorporado à ULTRAFÉRTIL em 1981: sua produção se iniciou em 1982, fomentando o desenvolvimento do mercado regional e reduzindo substancialmente os custos de fertilizantes nitrogenados no Sul do País, mas no mesmo ano o então Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, determinou a

saída da ULTRAFÉRTIL do setor de comercialização dos seus produtos, acarretando redução à metade do faturamento da empresa, beneficiando o setor das empresas privadas "misturadoras". Em 1984 foi consolidado o Grupo Petrofértil na forma da Lei das S/A.

Especificamente no Paraná, em que já foram investidos mais de US\$ 500 milhões, a ULTRAFÉRTIL está instalada numa área de 636 mil metros quadrados no Município de Araucária responsável pelo crescimento de 73% da produção nacional de amônia e 143% no crescimento da produção de uréia em relação a 1981, proporcionando uma economia de US\$ 40 milhões por ano na substituição de importação. O faturamento anual é da ordem de US\$ 70 milhões e a arrecadação de ICMS é de US\$ 3 milhões.

A privatização da ULTRAFÉRTIL através do PND não atinge apenas o Complexo Industrial de Araucária, mas engloba também sobre os Complexo Industrial de Piaçaguera, em Cubatão. Complexo Industrial de Cubatão, também em Cubatão, e sobre o Terminal Marítimo de Piaçaguera, em Santos, capaz de descarregar navios de até 200 metros, calado de 10,5 metros e até 40 mil toneladas, totalizando um custo de reposição avaliado entre US\$ 800 e 900 milhões. O Grupo ULTRAFÉRTIL é atualmente superavitário, não dá prejuízo ao Governo, pois todos os complexos industriais que compõem a "holding" intercompensam-se por um gerenciamento orgânico e adotam políticas de produção integradas que dá equilíbrio ao sistema.

4 - QUESTOES A CONSIDERAR SOBRE O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA ULTRAFÉRTIL

4.1 - As avaliações e o preço mínimo

Uma das mais evidentes irregularidades detectadas no processo de privatização da ULTRAFÉRTIL diz respeito as avaliações. O BNDES, responsável direto pelas avaliações, não divulgou o conjunto das informações e respondeu às denúncias de forma evasiva. Apenas com a abertura da CPI das privatizações no Congresso Nacional a população pôde ter acesso aos documentos que envolvem irregularidades em todas as fases do processo.

Duas empresas foram contratadas para realizar a avaliação que definiria o preço mínimo para a privatização.

A avaliação realizada pela Price Waterhouse/Natron apontou quatro valores mínimos, conforme a tabela a seguir:

1º Relatório:

US\$ 383 milhões (taxa de desconto de 15%)

US\$ 287 milhões (taxa de desconto de 20%)

2º Relatório:

Curitiba, segunda, em 21.06.93

US\$ 400 milhões (taxa de desconto de 15%)

US\$ 304 milhões (taxa de desconto de 20%)

A avaliação da outra empresa de consultoria, Atlantic Capital/Paulo Abib, chegou ao preço mínimo de:

US\$ 195.253 milhões (taxa de desconto 15%)

Entretanto, como o Decreto nº 724 (art. 38), que cria e regulamenta o Programa Nacional de Desestatização, facultava a contratação de uma terceira empresa de avaliação caso exista diferença no preço mínimo superior a 20% entre as duas avaliações iniciais, o BNDES resolveu - de forma ilegal - solicitar uma revisão das avaliações. Com os seguintes resultados:

Price Waterhouse/Natron: US\$ 205 milhões (taxa de desconto de 20%)

Atlantic Capital/PAA: US\$ 202.352 milhões (taxa de desconto de 16%)

Estes valores foram contestados pela PETROFERTIL e diversos setores sociais, originando uma terceira avaliação, com o seguinte resultado:

Trevisan/JAAKKO POYRY: US\$ 200 milhões (taxa de desconto de 15%)

O preço mínimo foi definido considerando a subavaliação da empresa Trevisam, basta lembrar que os investimentos realizados ultrapassam a US\$ 1,2 bilhões e que a avaliação da PETROFERTIL, seguindo os mesmos critérios da Trevisam, chegou ao valor de US\$ 392 milhões.

A definição do preço mínimo desconsiderou aspectos fundamentais, incorrendo em distorções que alteram significativamente o preço final da empresa:

a) Não consideração dos benefícios da eliminação de restrições governamentais a investimentos;

b) Consideração de valores excepcionalmente baixos para os produtos no mercado externo;

c) Indefinição do preço das matérias-primas fornecidas pela PETROBRÁS;

d) Desconsideração dos estoques e das vendas futuras já firmadas;

e) Não avaliação do potencial de retorno econômico da utilização do Terminal Marítimo;

f) Desconsideração de investimentos totais de US\$ 107 milhões para o período de 10 anos, concentrados nos 3 primeiros anos;

g) Desrespeito ao Edital de Licitação que exige a incorporação no preço mínimo das "perspectivas de rentabilidade" da empresa.

4.2 - Cartelização

A possibilidade de formação de cartel deveria ser avaliada com maior cuidado.

As prováveis empresas compradoras da ULTRAFÉRTIL já detém o controle da comercialização e passarão a deter também o monopólio da produção. A privatização não assegura a obrigatoriedade de investimentos e continuidade da produção de fertilizantes, deixando a agricultura do país sujeita aos interesses de grupos econômicos privados que não estão comprometidos com os objetivos e prioridades nacionais. A privatização transformará o monopólio estatal em monopólio privado, na contramão da história, conforme dados mundiais já citados.

4.3 - Sucateamento da NITROFÉRTIL

A sequência das privatizações inviabilizará outras empresas do grupo PETROFÉRTIL, sobretudo a NITROFÉRTIL. Esta empresa, por estar mais distante do mercado consumidor, depende da ULTRAFÉRTIL para a venda de seus próprios produtos no mercado do sudeste do país ao não manterem concorrência predatória e funcionarem num sistema de compensações de suas capacidades de produção. Assim, privatizar primeiro a ULTRAFÉRTIL levará à depreciação do preço de venda da NITROFÉRTIL, pela redução do seu mercado, com um grande prejuízo aos cofres públicos.

4.4 - Influência sobre a PETROBRÁS

A indústria de fertilizantes utiliza como matéria-prima os resíduos da produção de petróleo, portanto, a PETROBRÁS está diretamente relacionada com a indústria de fertilizantes. É fundamental para as empresas de extração e produção de derivados de petróleo agir em outros setores, garantindo recursos para investimentos na área tecnológica. Com o setor de fertilizantes privatizado, a PETROBRÁS ficará dependente do setor privado para a utilização dos subprodutos do refino do petróleo. No caso específico da ULTRAFÉRTIL, a PETROBRÁS depende da utilização do resíduo asfáltico para a fabricação da amônia, já que não existem condições para a estocagem deste material. A não utilização do resíduo asfáltico, em caso de privatização, demandará investimentos vultosos da PETROBRÁS para o acondicionamento deste resíduo.

4.5 - Desempenho econômico da ULTRAFÉRTIL

No ano de 1992 a ULTRAFÉRTIL apresentou lucro de US\$ 4 milhões, mostrando-se economicamente viável. Apesar de ter perdido o setor de comercialização - o que apresenta maiores índices de rentabilidade - e não receber recursos do Tesouro Nacional desde o ano de 1986, a ULTRAFÉRTIL é uma estatal lucrativa.

4.6 - Financiamento com dinheiro pú-

blico para as privatizações

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou integralmente, em condições mais vantajosas que as de mercado, a compra da FOSFÉRTIL, subsidiária do grupo PETROFÉRTIL. A empresa contemplada com o financiamento de dinheiro público estava tecnicamente falida e ofereceu como garantia as ações da própria empresa privatizada. Esta situação representa uma grave distorção do programa de privatizações, pois a União não redireciona seus gastos para a área social. O PND, além disso, prevê que as empresas compradoras utilizem apenas 20% de dinheiro vivo, financiando o restante ou utilizando as chamadas "moedas podres", que são títulos da dívida pública depreciados no mercado, mas utilizados nas privatizações pelo valor integral.

4.7 - Alíquotas de importação

Em virtude das privatizações o governo da União tem se submetido às pressões de grupos empresariais privados aumentando as alíquotas de importação dos fertilizantes. Este procedimento provoca o aumento dos preços dos produtos importados, beneficiando os produtores privados nacionais. Esta política casuística fica evidente no caso do aumento da alíquota de 5% para 25% às vésperas do leilão da FOSFÉRTIL, subsidiária do Grupo PETROFÉRTIL. O governo beneficia o produto nacional privatizado na concorrência com o produto externo sob ação de lobbys empresariais. Atualmente a ULTRAFÉRTIL concorre com empresas estrangeiras que se utilizam do "dumping", sem qualquer ação efetiva de proteção por parte do governo brasileiro.

4.8 - Depoimento do ex vice-Presidente do PND, João Agripino Maia

O ex vice-Presidente do PND, João Agripino Maia, denunciou em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que a venda de 18 empresas estatais até 31 de dezembro de 1992 causou ao país um prejuízo de US\$ 3,2 bilhões. Agripino Maia disse que as irregularidades verificadas durante o governo Collor continuam ocorrendo e que todas as empresas estatais tiveram seus preços subavaliados. Segundo o ex-vice-presidente as licitações das empresas de consultoria estão sob suspeita, porque a Trevisan - terceira empresa a avaliar a ULTRAFÉRTIL - prestou assessoria a um dos consórcios interessados na compra da estatal. O que é proibido tanto pelo Decreto 724 (artigo 38), quanto pelo Edital de Licitação (item 5.1.1). João Agripino Maia defendeu a imediata suspensão das privatizações e a reavaliação do Programa Nacional de Desestatização, alegando dilapidação do patrimônio públi-

co. Em matéria jornalística publicada no Jornal do Brasil, edição do dia 23 de maio de 1993. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, afirmou que os prejuízos do Estado com as privatizações anda pela casa dos US\$ 20 bilhões. Valendo-se da avaliação de apenas duas empresas, de US\$ 12 bilhões da Siderúrgica de Volta Redonda e US\$ 10 bilhões da USIMINAS.

4.9 - Falta de discussão estratégica sobre as prioridades e o impacto das privatizações

O PND não foi debatido com os demais setores do governo, nem com as organizações da sociedade civil. O resultado disto é o não estabelecimento de uma estratégia global de desenvolvimento para o país e a ausência de estudos aprofundados sobre o impacto das privatizações sobre a economia nacional.

4.10 - Ações preferenciais aos funcionários

São concedidas vantagens aos funcionários da ULTRAFÉRTIL para a compra de ações da empresa, configurando privilégios excusos a um setor social. Esta iniciativa do governo procura obter apoio dos trabalhadores das estatais, enfraquecendo o movimento contra a entrega do patrimônio nacional.

4.11 - Prêmio êxito

O BNDES estipulou um prêmio de 0,35% sobre o valor de venda da estatal para a empresa de consultoria responsável pela avaliação, caso sejam vendidas 80% das ações. Esta cláusula foi impugnada judicialmente depois de repelida pelo próprio Tribunal de Contas da União por existirem indícios de subavaliação para facilitar a arrematação das ações no primeiro leilão. Este prêmio desvirtua os objetivos das avaliações, provocando suspeitas sobre a lisura do processo.

5. CONCLUSÕES

O Programa Nacional de Desestatização estabelece como objetivos, entre outros, a concentração dos esforços do governo nas atividades fundamentais de acordo com as prioridades nacionais (cf. Decreto 724, objetivos do PND). Diante das informações e análises obtidas seria responsabilidade da União incrementar a produção nacional de fertilizantes, visando o aumento da produção de alimentos, e não privatizar setores estratégicos para a economia do país.

A forma como está sendo conduzido o processo, sem transparência e sujeito a pressões, indica a necessidade de um amplo debate com a sociedade sobre a conveniência

Curitiba, segunda, em 21.06.93

cia destas privatizações.

Neste sentido, considerando as características agrícolas do Paraná, as inúmeras irregularidades e deficiências do processo de privatização, o flagrante prejuízo ao patrimônio público nacional, a necessidade do Estado de assegurar sua presença no setor estratégico da produção de alimentos, sugerimos a imediata suspensão do processo de privatização da ULTRAFÉRTIL, no mínimo até a conclusão da "CPI das Privatizações", com a sua revisão global.

Que seja aprovado pelo Plenário uma determinação à Procuradoria desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que ingresse, imediatamente, com medida judicial cabível visando sustar o leilão da ULTRAFÉRTIL, em vista dos fatos e fundamentos constantes do Relatório.

Que o presente Relatório seja enviado à Presidência da República, ao Ministério da Justiça, ao Ministério das Minas de Energia, aos Presidentes de todos os Partidos, a todos os Governadores de Estado, ao Ministério da Economia, à Presidência da PETROBRAS, à Ouvidoria Geral da União, à Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos, à Comissão de Privatização do Congresso Nacional e à Procuradoria Geral da República, através de "fac-simile".

Curitiba, 21 de junho de 1993.

(aa) PAULO MAIA - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

REQUERIMENTO N° 2082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Rogério Onísio Amorim ocorrido em 05.06.93 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 57 anos faleceu o Sr. Rogério Onísio Amorim que deixou viúva a Sra. Nilda Antunes Amorim, 06 filhos e 03 netos.

O passamento do Sr. Rogério veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Rogério.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Amorim endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2084

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Coronel do Exército Roberval Silva, ocorrido nesta Capital, aos 88 anos de vida. Trata-se de pessoa muito querida por todos seus familiares e sua Comunidade, e que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2095

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do professor Celso do Amaral Ferreira, ocorrido no dia 19 de junho último, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Nome dos mais sensíveis, cultos e competentes, o Doutor Celso do Amaral Ferreira faleceu no último sábado, marcando grande perda para a sociedade paranaense. O Doutor Celso foi professor catedrático da Universidade Federal do Paraná, da cadeira de Otorrinolaringologia, e fundador dessa matéria na UFPR.

Com curso de especialização na Europa, particularmente com os grandes centros da França, o professor Celso se destacou ainda por sua participação em diversas atividades culturais e filantrópicas.

Era casado com dona Dinorah Ferreira e deixou uma filha e neta. Era filho do saudoso professor João Cândido Ferreira, que foi presidente do Estado do Paraná e um dos fundadores de nossa universidade.

O passamento do professor Celso de Amaral Ferreira entristece particularmente aqueles que o admiravam por sua brilhante inteligência e impecável exercício profissional.

REQUERIMENTO N° 2035

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

concedido um voto de congratulação, ao 13° BIB de Ponta Grossa pelo transcurso de seu 70° aniversário de existência.

Segundo dados da imprensa no dia 21 de junho de 1923, foi criado o 13° Regimento de Infantaria Blindado. Desde a sua criação o "Treze" participou dos momentos críticos do processo evolutivo de amadurecimento político do Brasil.

O 13° RI participou da Força Expedicionária Brasileira, enviando 336 homens para compor as unidades que combateram na Europa.

A partir de 1972, os soldados do 13° RI passaram a contar com proteção blindada, através de carros de combate, e daí em diante recebeu a nova denominação de 13° Batalhão de Infantaria Blindada, hoje também conhecido como "Sentinela dos Campos Gerais".

Requer ainda, seja dada ciência ao 13° BIB, na pessoa do Tenente-Coronel Fernando Henrique Pereira Rosa, sito no 13° BIB de Ponta Grossa, no Bairro de Uvaranas.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2096

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná votos de congratulações à diretoria da Associação das Senhoras da Santa Casa Lili Hubner Graichen, da Santa Casa de Misericórdia de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Misericórdia de Guaratuba passou a ter, desde o dia 21 de maio próximo passado, a Associação das Senhoras da Santa Casa Lili Hubner Graichen. A formação dessa entidade resultou da idéia e empenho da Senhora Marilourdes Nascimento e tem como finalidade a realização de um trabalho maior em prol da Santa Casa, diante das dificuldades que atravessa.

A diretoria da Associação ficou assim constituída:

Presidente: Marilourdes Nascimento.

Vice: Ivone Maria dos Santos.

1.^a Secretária: Maria do Rocio B. Bevervanso.

2.^a Secretária: Lucimara T. Kustianski.

1.^a Tesoureira: Maria Lúcia Malchio-retto.

2.^a Tesoureira: Maria Laura Pires Rosa.

Diretora Social: Janete M. Silva.

Comissão de patrocínio: Denise Rangel de Abreu e Silva, Sônia Aparecida Luciano

Silva, Renilda Wilke, Maria Timóteo Salles, Dalva de Oliveira Schhaich.

Para o Conselho Deliberativo foram homologados os nomes de Marley A. Bevervanso, Gislene Securon, Iolanda Vieira Kowalzuki, Kharin Miranda, Gertrudes de Souza, Regina Lúcia Ferraz Torres e Valéria Mendes Gomes.

Que esta proposição represente os sinceros votos deste Poder Legislativo de uma gestão profícua e empreendedora em favor da Santa Casa de Guaratuba.

REQUERIMENTO N° 2098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de congratulações ao Padre Aldo Pitrobon, pela sua ordenação sacerdotal, bem como seja dado conhecimento ao mesmo, desta proposição.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A família Pietrobon, o Município de Guaraniaçu e este Parlamentar, estão orgulhosos e comemorando a ordenação sacerdotal do Padre Aldo Pietrobon, filho do Sr. Danilo Pietrobon.

A família Pietrobon sempre se dedicou a ajudar Guaraniaçu na realização de obras de grande importância para o desenvolvimento daquela comunidade, auxiliando os menos favorecidos que necessitam de apoio nos momentos difíceis.

O Padre Aldo foi forjado no seio dessa família, cristã, que ama seu próximo, tradicional, e muito querida em Guaraniaçu, cidade para onde foi designado a exercer o sacerdócio, e que o fará melhor do que ninguém uma vez que conhece e vive os problemas daquele povo.

REQUERIMENTO N° 2036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de Regozijo ao Jornalista-Empresário Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente do Matutino "Gazeta do Povo" e da TV - Paranaense Canal 12 de Curitiba, por ser agraciado como homem público de maior destaque do ano de 1992, pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba - AECIC, no próximo dia 23 (4.ª feira).

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba-AECIC, estará homenageando o Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Geral do Jornal "Ga-

Curitiba, segunda, em 21.06.93

zeta do Povo", como homem público de maior destaque do ano que passou.

Nada mais justo, a este jornalista que se destacou também como empresário, mas principalmente como grande batalhador em defesa das causas paranistas.

REQUERIMENTO N° 2039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Porto Amazonas.

A viatura utilizada pela Polícia Civil do Município encontra-se em precárias condições prejudicando o atendimento prestado pela Delegacia, sendo de extrema importância um veículo em bom estado para agilizar e garantir a segurança da população.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de Porto Amazonas.

A doação de um veículo em bom estado para uso da Polícia Militar é essencial para garantir a segurança e tranqüilidade da população do Município, visto que, a que está sendo utilizada pelos policiais militares encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Pirai do Sul.

A viatura utilizada pela Polícia Civil do Município encontra-se em precárias condições, prejudicando o atendimento prestado pela Delegacia, sendo de extrema importância um veículo em bom estado para agilizar e garantir a segurança da população.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exellentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de Pirai do Sul.

A doação de um veículo em bom estado para da Polícia Militar é essencial para garantir a segurança e tranquilidade da população do Município, visto que, a que está sendo utilizada pelos policiais militares encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exellentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Telmaco Borba.

A viatura utilizada pela Polícia Civil do Município encontra-se em precárias condições prejudicando o atendimento prestado pela Delegacia, sendo de extrema importância um veículo em bom estado para agilizar a garantir a segurança da população.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exellentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de Te-

lmaco Borba.

A doação de um veículo em bom estado para da Polícia Militar é essencial para garantir a segurança e tranquilidade da população do Município, visto que, a que está sendo utilizada pelos policiais militares encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exellentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Palmeira.

A viatura utilizada pela Polícia Civil do Município encontra-se em precárias condições prejudicando o atendimento prestado pela Delegacia, sendo de extrema importância um veículo em bom estado para agilizar a garantir a segurança da população.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exellentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de Palmeira.

A doação de um veículo em bom estado para da Polícia Militar é essencial para garantir a segurança e tranquilidade da população do Município, visto que, a que está sendo utilizada pelos policiais militares encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Dido A. de C. Viana, no

Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Moysés Lupion, principalmente na parte Elétrica, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Vicente Leporace, no Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Alberto Gomes da Veiga, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Arthur M. Ramos, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, segunda, em 21.06.93

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Cidália R. Ramos, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Rui Barbosa, no Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Luiz Gonzaga, no Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Maria Arminda, para conclusão das obras, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Pinhão, para a pavimentação das Ruas no Loteamento Vila Diniz.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Pinhão, para a pavimentação das Ruas no Loteamento São Francisco.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Pinhão, para a pavimentação das Ruas no Loteamento Vila Alves.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Pinhão, para a pavimentação das Ruas no Loteamento Nossa Senhora Aparecida.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Pinhão, para a pavimentação das Ruas no Loteamento Gabriel Ferreira.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Pinhão, para a pavimentação das Ruas no Loteamento Bela Vista.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Pinhão, para a pavimentação das Ruas no Loteamento Vila Nova.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Nizan Pereira Almeida, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos para a reforma do Posto de Saúde da sede do Município de Boa Esperança-Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

Com o aumento dos atendimentos no Posto de Saúde, da sede do Município de Boa Esperança, existe a necessidade urgente de sua reforma para dar condições de atendimento à população daquela cidade.

Diante dos fatos apresentados, pedimos que seja enviado correspondência ao Dr. Nizan Pereira Almeida, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos Financeiros à Prefeitura Municipal de Boa Esperança, para a reforma do Posto de Saúde, da sede daquele município.

REQUERIMENTO N° 2067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Nizan Pereira Almeida, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos para a reforma do Posto de Saúde da localidade de Paranaguáçu, Município de Boa Esperança-Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

Segundo os dados estatísticos fornecidos pelo setor de Saúde da Prefeitura Municipal de Boa Esperança, existe a necessidade de Reforma no Posto de Saúde, da localidade de Paranaguáçu, visando assim dar melhores condições de atendimento emergencial, à população daquela comunidade. Assim solicitamos que seja endereçado um ofício ao Dr. Nizan Pereira Almeida, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de Recursos à Prefeitura Municipal, para a reforma com a maior brevidade possível do Posto de Saúde de Paranaguáçu, Município de Boa Esperança.

REQUERIMENTO N° 2068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, solicitando a doação de uma ambulância ao Município de Guaratuba - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Guaratuba, na atual administração do Prefeito José Ananias dos Santos, vem atendendo aproximadamente 25 mil habitantes, com apenas uma ambulância, que serve para as remoções de doentes das localidades para a sede do município, e ainda constantemente realiza viagens para a capital do Estado.

Diante desse aspecto, cuja necessidade

Curitiba, segunda, em 21.06.93

de mais uma ambulância é visível, solicitamos que seja enviado um expediente ao Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, Rua Engenheiros Rebouças, 1707 - CEP 80.230-040, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 2069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e também ao Superintendente da FUNDEPAR, Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a reforma no Colégio Estadual, ensino de 1° e 2° graus, no Distrito de Paranaguáçu, no Município de Boa Esperança - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O citado estabelecimento de ensino, situado no Distrito de Paranaguáçu, abriga os estudantes de 1° e 2° graus. No entanto, com o crescimento natural da localidade citada, e consecutivamente com o aumento constante do número de educandos, existe a necessidade, o mais breve possível, de receber uma reforma e com isso capacitar-se para receber no próximo ano letivo, o aumento de alunos, como acontece costumemente.

Com esse fator, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Governador Roberto Requião, e também ao Superintendente da FUNDEPAR, Doutor Maurício Requião, solicitando a reforma do Colégio Estadual no Distrito de Paranaguáçu, no Município de Boa Esperança.

REQUERIMENTO N° 2070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Doutor Rogério Tizzot, Diretor Geral do DER/PR, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Colorado, no Município de Pinhão - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O citado empreendimento rodoviário está situado na localidade de São Sebastião, mais ou menos a 32 quilômetros da sede do Município de Pinhão, e a construção da ponte sobre o Rio Colorado, representa para a região um avanço enorme, especialmente para os produtores.

E assim sendo, solicitamos que seja enviado um expediente ao Diretor Geral do DER/PR, Senhor Rogério Tizzot, relatando a

necessidade da construção da ponte sobre o Rio Colorado, no Município de Pinhão.

REQUERIMENTO N° 2071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Diretor Superintendente da SANEPAR, Senhor Stênio Sales Jacob, solicitando uma rede de água ou sistema de poço artesiano, na localidade de Vila Santa Maria, no Município de Pinhão - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Desde a posse do Prefeito Antenor Hemmig, na Prefeitura Municipal de Pinhão, os moradores da Vila Santa Maria, o procuram constantemente para solicitar o benefício de possuírem em suas residências água potável, alegando ser essa reivindicação um princípio básico na vida de qualquer ser humano, cuja competência e responsabilidade é do Governo Estadual.

Diante desses argumentos, de difícil contestação, solicitamos que seja enviado um expediente ao Superintendente da SANEPAR, Stênio Sales Jacob, solicitando a instalação de uma rede d'água, ou mesmo poço artesiano, na Vila Santa Maria, Município de Pinhão.

REQUERIMENTO N° 2072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, e ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Coronel Daniel César Mainqué, no sentido que, durante a Operação Verão 93/94, a Cidade de Paranaguá, tenha em locais designados pelo 9° BPM-Paranaguá, integrantes do Corpo de Salva-Vidas.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Durante muitos anos, a Cidade de Paranaguá tem se preocupado com os afogamentos tidos durante a temporada de verão, onde pessoas perderam suas vidas, algumas por imprudência, outras por falta de socorros imediatos, e sempre as reclamações e críticas surgem contra o Governo Estadual, talvez até pela imensa publicidade realizada em torno da Operação Verão. A Cidade de Paranaguá, hoje tem inúmeros locais, onde diariamente durante o verão as pessoas vão banhar-se em função do calor, e com o tempo, os locais ficaram conhecidos, e sempre oferecem constantes perigos. Por

essa razão, a permanência de salva-vidas evitaria novas vítimas.

Assim, diante dos fatos, solicitamos que sejam enviadas correspondências ao Cel. Miguel Arcanjo Capriotti e ao Cel. Daniel César Mainqué, respectivamente, Comandantes da Polícia Militar do Estado e Comandante do Corpo de Bombeiros, solicitando que, durante a Operação Verão 93/94, coloquem na Cidade de Paranaguá, integrantes do Corpo de Salva-Vidas, nos locais a serem designados pelo 9° Batalhão de Polícia Militar - Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 2073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Stênio Sales Jacob, Digníssimo Diretor Superintendente da SANEPAR, solicitando 6.000 metros de rede de esgoto, para as ruas do Município de Pinhão - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro da ação governamental de saneamento básico, o Município de Pinhão defronta-se com a questão do esgoto, trazendo constantemente reclamações da população ao Prefeito Antenor Hemmig, que procura mostrar com detalhes, as dificuldades governamentais nesse setor.

Porém, esbarra, periodicamente, nas interpelações populares que dizem: "O Governador Roberto Requião diz que o Estado está em ótima situação financeira", e com isso fica sem argumentos para contestar os pedidos realizados.

Pelos fatos apresentados, queremos pedir que seja enviada uma correspondência ao Diretor Presidente da SANEPAR, Senhor Stênio Sales Jacob, à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - CEP 80.215-900 - nesta Capital, ponderando a necessidade da construção de 6.000 (seis mil) metros de esgoto nas ruas Darcílio Francisco da Silva, Trifon Hanysz, Sete de Setembro, Frei Corbiniano, Manoel Mendes Almeida, 19 de Novembro, XV de Novembro, XV de Dezembro e Santos Dumont, no Município de Pinhão.

REQUERIMENTO N° 2074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desen-

volvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos para a pavimentação da Rua Pedro Uzeda, no Município de Antonina - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Sem nenhuma condição financeira de executar obras prioritárias à comunidade, em função da falta de recursos, não só orçamentários, mas também das complicações administrativas deixadas pela gestão anterior do ex-Prefeito, que conseguiu deixar a municipalidade em situação de calamidade, o atual Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, com apoio de toda a Câmara Municipal, está realizando um trabalho de conseguir atrair turistas, para movimentar toda a cidade e dar melhores condições ao comércio.

Porém necessita estar com as ruas devidamente pavimentadas, por essa e outras razões, solicitamos que seja endereçado um expediente ao Deputado Federal Homero Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos para a pavimentação da rua Pedro Uzeda, no bairro da Penha, no Município de Antonina.

REQUERIMENTO N° 2075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Excelentíssimo Deputado José Durval do Amaral, Digníssimo Secretário do Trabalho e da Ação Social, solicitando a construção de 02 (duas) creches, no Município de Matinhos-PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Com o crescimento demográfico do Município, onde os índices apresentam um número de famílias carentes, as esposas e companheiras com seus filhos menores, diante das dificuldades da vida necessitam trabalhar, porém, periodicamente esbarram no problema: "onde deixar os filhos."

Registra-se que o Prefeito, Acindino Ricardo Duarte, tem procurado ampliar o número de vagas nas creches existentes no município, porém não tem mais condições.

Por essa razão se faz necessário a construção em locais diferentes, nos bairros daquele município, de 02 (duas) creches, estando a Prefeitura em condições de oferecer os terrenos e realizar a preparação de projetos que, certamente terão apoio dos Vereadores pertencentes ao Município, cuja preocupação também tem sido atender as necessidades mais urgentes, das famílias de baixa renda.

Curitiba, segunda, em 21.06.93

Por isso solicitamos sejam enviadas correspondências ao Governador Roberto Requião, e ao Secretário do Trabalho e da Ação Social, ponderando a necessidade da liberação de recursos para a construção das duas creches, cujos resultados irão beneficiar centenas de pessoas no Município de Matinhos.

REQUERIMENTO N° 2076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando 01 (um) posto de saúde, na localidade de Coroados, no Município de Guaratuba-PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Entre as localidades distantes, da sede do Município de Guaratuba, que necessitam com a maior brevidade possível, de um posto de saúde na localidade de Coroados, que cada dia que passa tem seu aumento populacional. Na atualidade, embora esteja o Prefeito José Ananias dos Santos, realizando um trabalho profícuo no setor de Saúde Pública, não tem o Município, com seu orçamento, condições financeiras para realizar tal empreendimento.

Por conseguinte, é viável que o Governo do Estado do Paraná, contribua com esse benefício, e assim sendo, solicitamos que seja endereçado um expediente ao Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, pedindo a construção de um posto de saúde, na localidade de Coroados, Município de Guaratuba.

REQUERIMENTO N° 2077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos financeiros à Prefeitura Municipal de Guaratuba, para a compra de uma Retroescavadeira.

Sala das Sessões, em 21.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Desde que assumiu a Prefeitura de Guaratuba, o Prefeito José Ananias dos Santos, implantou um sistema de pagamentos de dívidas, deixadas pela Administração anterior, que corrigidas, atingiram alguns milhões de cruzeiros. Colocou, o funciona-

lismo público em dia, e com os poucos recursos que tem, está realizando um trabalho de recuperação do Município.

Porém necessita de máquinas e equipamentos, pois as atuais existentes não oferecem mais condições de recuperação, e com isso, os serviços públicos essenciais estão em retração.

Diante desses argumentos, com uma extensão territorial grande, aliado ao solo arenoso, e com a permanente necessidade de aberturas de valetas para escoamento das águas pluviais e manutenção periódica das limpezas nos córregos e valetas, e como a Prefeitura não dispõe de recursos, solicitamos que seja enviado um expediente ao Deputado Federal Homero Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos para compra de 01 (uma) retroescavadeira.

REQUERIMENTO N° 2078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário da Saúde, solicitando a liberação de recursos para a reforma no posto de saúde de Palmital, no município de Boa Esperança-PR.

Sala das Sessões, em 21.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A exemplo de outros municípios de pequeno porte, Boa Esperança, também está com população rural aumentada, e por isso, o setor de saúde necessita de ampliações constantes, caso específico da localidade de Alto Palmital, onde o posto de saúde necessita de reformas. Por essa razão solicitamos que seja feito um expediente ao Dr. Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Saúde, solicitando a liberação de recursos para a reforma do posto de saúde de Alto Palmital, no Município de Boa Esperança.

REQUERIMENTO N° 2079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, no sentido de liberar recursos à Prefeitura Municipal de Morretes, para a aquisição de 01 (um) trator.

Sala das Sessões, em 21.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Morretes, pela sua condição essencialmente agrícola, tem inúmeros serviços que vão desde a abertura de estradas até a ampliação e conservação de valetas, com isso, obrigando a municipalidade de ter em seu Parque de Máquinas as diferentes variações de equipamentos.

Porém na atualidade, em função do alto custo, torna-se difícil à Prefeitura, mesmo em prestações, adquirir ou reformar seu maquinário. Por outro lado, salienta-se que está existindo um crescimento na área rural com o aumento de propriedades, e consecutivamente a necessidade de uma ampliação nos setores de Utilidade Pública.

A exemplo de outros pequenos municípios, Morretes não tem na atualidade recursos financeiros disponíveis para a compra de equipamentos, e por essa visão, solicitamos que seja endereçado um expediente ao Deputado Federal Homero Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, para a liberação de recursos financeiros para a compra de um trator.

REQUERIMENTO N° 2085

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgotos na Rua Joaquim Nabuco, em frente ao n° 514, localizada no bairro Tingüi.

O pedido foi feito pela moradora do endereço citado, sendo que a mesma afirma que o lançamento de esgoto se processa num prazo de quinze dias, enchendo totalmente o local que ela dispõe em sua casa.

Para tal finalidade, não dispondo de um outro adequado, pede certa urgência, pois a situação está crítica, agravando-se em épocas de chuva, além do sério risco de transmissão de doenças às pessoas, que pode ocorrer.

Sala das Sessões, em 21.06.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2097

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público na Rua 07, em frente ao n° 117 (Minimercado Ramos), esquina com a Rua 02, no Jardim Dom Bosco, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência à Associação de Moradores e Amigos do Jar-

dim Dom Bosco.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Antiga reivindicação, a instalação de um telefone público na localidade em questão viria suprir os problemas enfrentados pelos moradores do Jardim Dom Bosco, nesta Capital, quando da necessidade de estabelecimento de comunicação rápida.

Na região moram inúmeras famílias que, não tendo condições de adquirir uma assinatura particular, constituem-se em usuários potenciais do serviço de telefonia pública.

O estabelecimento comercial sugerido neste requerimento é extremamente favorável à instalação do aparelho por constituir ponto de grande movimentação de pessoas. Outrossim, vale destacar que os responsáveis pelo ponto comercial também se comprometem a fiscalizar a conservação do aparelho e comercializar as fichas telefônicas à população.

REQUERIMENTO N° 2081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Secretário Estadual da Fazenda, Senhor Heron Arzua, solicitando:

1 - A contribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) das redes de supermercados é proporcional à arrecadação? Quais os critérios adotados para o recolhimento deste Imposto?

2 - Como se dá a fiscalização do processo de recolhimento do ICMS das redes de supermercados?

3 - Quais os valores do ICMS das redes de supermercados referentes ao ano de 1992?

4 - As contribuições do ICMS das redes de supermercados são proporcionais entre si, considerando seus lucros líquidos?

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Conforme divulgado na imprensa, recentemente, são questionados os valores de contribuição do ICMS das redes de supermercados instalados no Estado do Paraná. Tais informações fazem-se necessárias para que possamos desenvolver nossas ações parlamentares.

REQUERIMENTO N° 2099

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam feitas as averiguações técnicas necessárias para apurar nota publicada no Jornal Folha de Londrina de 17/06/93, in-

Curitiba, segunda, em 21.06.93

titulada "ouvintes" em anexo.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Recém-saídos do período de mais de duas décadas de regime ditatorial, é inadmissível que tais práticas ainda venham a ocorrer neste Estado, ainda mais grave dentro do Poder Legislativo.

"Ouvintes

A direção da Assembléia Legislativa confirmou as suspeitas de que há grampos nos telefones diretos dos Deputados.

Identificou a escuta em um terminal".

REQUERIMENTO N° 2092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o douto Plenário, REQUER a Vossa Excelência as medidas cabíveis no sentido de que seja transcrita nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná a matéria "A Cia e o Separatismo" (I, II e III), publicada recentemente no Jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná precisa guardar, para seu acervo histórico matérias como esta, capazes de fundamentar fatos de real importância para nosso Estado e para a nação brasileira.

Desde a Proclamação da República, o Brasil preserva a sua unidade. Esta integridade nacional foi conservada até mesmo no Império. Na República, a unidade também foi mantida, mas ela só se solidificou a partir da Revolução de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas, elevando a importância da Bandeira Nacional e introduzindo o canto do Hino Nacional e do Hino da Bandeira nas escolas e nos grupos escolares de todo o Brasil, além das políticas econômicas e sociais que adotava, todas com elevados sentimentos de nacionalidade.

O Governador Leonel Brizola comentou, em artigo publicado no Jornal do Brasil. "A imprensa, em geral, registrou as previsões da CIA. Em que pesem as explicações oficiais, os fatos devem ser motivo de atenção e de preocupações para todos nós, brasileiros. Há poucos dias li, na imprensa internacional, que a CIA vem tendo um orçamento anual US\$ 28 bilhões. Desta gigantesca massa de recursos, quanto destinará, por exemplo, para suas atividades no Brasil?"

Cabe a nós, políticos, e a sociedade em geral, refletirmos e nos posicionarmos quanto ao assunto. A Gazeta do Povo, em particular, assume posição de vanguarda na defesa da integridade do solo brasileiro,

razão pela qual fica registrado, também, o nosso reconhecimento ao importante papel que desempenha esse veículo da imprensa paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 275/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída no âmbito da Rede Estadual de Saúde, a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário.

§ 1° - A carteira, a ser emitida pelos hospitais e postos de saúde da rede pública estadual, deverá conter o registro de realização anual dos exames ginecológicos e da mama.

§ 2° - Os exames mencionados no parágrafo anterior poderão ser realizados por médicos da rede pública e privada.

§ 3° - O registro a que se refere o § 1° só terá validade se contiver a assinatura do médico responsável, bem como o seu carimbo, onde conste o número do registro no Conselho Regional de Medicina.

Art. 2° - Os hospitais e postos de saúde integrados ao Sistema Único de Saúde - SUS - deverão exigir de suas usuárias a apresentação da referida carteira, devidamente atualizada, quando da realização de consultas.

Art. 3° - Caberá a Secretaria da Saúde, fiscalizar o cumprimento desta lei.

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.

Art. 5° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua vigência.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Não há como questionar na sociedade atual, quer como base da estrutura familiar, quer como participante da força de trabalho, tamanha importância da mulher.

As mortes por câncer ginecológico são de grande impacto sob o ponto de vista social e econômico, já que elas acontecem com maior frequência em mulheres jovens e ativas no exercício da maternidade, ou seja, num momento em que a mulher é o ponto de equilíbrio do lar, daí o problema individual adquirir dimensão de problema de ordem social.

Quanto ao câncer da mama, o sucesso do tratamento depende basicamente do diagnóstico precoce das alterações malignas existentes. A prevenção, através das campanhas educativas, ajudará o diagnóstico precoce, mas só a obrigatoriedade do exame periódico permitirá uma maior cobertura sob o ponto de vista epidemiológico.

O projeto de lei que ora apresentamos é fruto do esforço conjunto de vários profissionais da área da saúde e reflete a sua nobreza de propósitos, no sentido de buscar formas de controle familiar e muitas vezes sua sustentação econômica, trazem consequências desastrosas à ordem social.

Por todos os motivos expostos, esperamos o apoio dos nobres pares a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 276/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Poder Executivo deverá sinalizar com placas indicativas ao longo das rodovias estaduais, os conjuntos urbanos, edificações e sítios de valor histórico, arqueológico, paisagístico, ecológico e turístico.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3° - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do orçamento vigente do Estado.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

As rodovias paranaenses guardam nas suas proximidades, muito de nosso passado histórico. Citamos como exemplo, a estrada para Vila Velha, Furnas - marco do nosso passado histórico, a estrada da Graciosa, muito frequentada por turistas brasileiros, principalmente a famosa Ilha do Mel, conhecida nacionalmente.

Todo este patrimônio, precisa ser identificado ainda mais, valorizando o nosso turismo no Estado.

Ainda mais, significará também, o aprendizado de conhecimentos científicos para os usuários e importante complemento dos estudos dos jovens, que aprenderão a cultivar, a admirar a natureza.

Finalmente servirá para despertar a consciência ecológica nas pessoas que trafegam pelas rodovias paranaenses, contribuindo para preservação do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Passamos ao Horário das Lideranças.
PTB com a palavra (Declina)
PFL com a palavra (Declina)
PP com a palavra (Declina)
PL com a palavra (Declina)
PT com a palavra. Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSTINHA - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, nós queremos neste Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores registrar o comportamento do Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva no que diz respeito aos servidores públicos do Estado do Paraná e creio que este registro pode ser feito lendo correspondência recebida. correspondência esta enviada pelo Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Diz a correspondência:

"Este é um Governo Democrático?

Em vez de negociação, portas fechadas.

Em vez de valorização dos servidores públicos, ofensas.

Em vez da qualidade dos serviços públicos, sucateamento.

Em vez de transparência, omissão.

Em vez de política salarial, abonos.

Em vez de reconhecimento da data base, suspensão.

Os sindicatos de servidores públicos do Paraná protestam contra mais uma atitude autoritária do Governo Requião. Por ordem do Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná, Eduardo Requião, 90% dos funcionários do Escritório Regional do IAP de Londrina receberam suspensão ("Gancho") durante os dias 16, 17 e 18 deste mês. A suspensão é uma represália do Governo do Estado aos funcionários que aderiram ao movimento de paralisação de 01 de junho, dia de luta pelo reconhecimento da data base dos servidores públicos do Paraná. Esta atitude nos lembra de tempos obscuros, quando um gesto, uma palavra que fosse, significava punição. A instauração deste clima de terrorismo no meio dos funcionários públicos, prática que pensávamos estivesse abolida das relações trabalhistas, reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados à população do Paraná, acima de tudo, mostra a verdadeira face da política autoritária do Governador Requião que não respeita um direito conquistado com muita luta pelos trabalhadores: o direito de greve.

Negociação não. Punição sim.

Este é o "Estilo Requião"

SINDISAÚDE, SINDISERVIDORES, SINDI/SEAB, SINDIJS, NÚCLEO DA CAPITAL DA APP SINDICATO, SINDER, SINTE/PR, SINDIPROL, SINTOESTE, SINTEEMAR, SINDASPEL E SINDICATO DA SAÚDE DE LONDRINA."

Senhores Deputados, Roberto Requião de

Mello e Silva, que tem um discurso, entre aspas, democrático, tem uma prática totalmente autoritária; não reconhece o direito dos trabalhadores lutarem por salários, não reconhece o direito dos trabalhadores públicos de fazerem movimento, seja ele de paralisação ou grevista, por melhores condições de vida, com melhores condições de trabalho e por salários, no mínimo, decente. Por um dia de paralisação, para lutar por um direito que perdeu que é a data-base, o Governador suspende os servidores, depois faz discurso a nível nacional de um grande democrata. Mais uma vez nós, do Partido dos Trabalhadores, cobramos da Bancada Governista desta Casa que faça com que o Governo não tenha um discurso numa prática descolada, que cobre do Governo que seu discurso democrático reflita numa prática democrática e não numa prática autoritária como ele vem fazendo, principalmente em relação ao servidor público. Nós, do PT, sempre defendemos o direito dos trabalhadores e sempre criticamos postura autoritária, seja de que governo for, seja de que patrão for em relação aos trabalhadores. E se isso vier a ocorrer mesmo em administrações petistas, terá também o protesto e o repúdio do Partido dos Trabalhadores.

Por isso, nós do PT, apoiamos as lutas dos trabalhadores e, neste caso, especificamente, nos colocamos ao lado dos servidores públicos e contra a política autoritária do Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Paulo Maia, pelo PDT.

O SR. PAULO MATA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Num trabalho bastante ágil e aqui nós temos que agradecer o apoio do serviço de taquigrafia desta Casa, o apoio também do Severo e dos Senhores Deputados que fizeram parte e que fazem parte da Comissão Especial que trata da questão da privatização da Ultrafértil, que, num esforço de todos, pudéssemos apresentar nesta tarde - através do nosso Relator Florisvaldo Pier, iremos apresentar ainda nesta tarde, o relatório final conclusivo das preocupações levantadas quando, naquela Comissão, se ouviu: o Sindicato dos Trabalhadores - o Sindiquímica: quando se ouviu a Associação dos Profissionais, Engenheiros Profissionais da Ultrafértil; quando se ouviu também a Direção daquela empresa externou-se uma preocupação bastante grande em relação a como se está dando a privatização da Ultrafértil.

Na nossa conclusão que o Relator vai apresentar a esta Casa, fica externado bastante claro a preocupação do entrequis-

mo que se está impondo a este País. Nós, com certeza, precisamos da atenção de todos os Deputados que compõem a Assembléia Legislativa do Paraná, visto que, este Relatório, vai exprimir a preocupação que, com certeza, não será apenas da Comissão Especial, mas será de toda a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Preocupação que deve ser, neste momento, de todos os paranaense que têm se manifestado, desde o Poder Executivo, neste momento o Poder Legislativo, demonstrando que também o Poder Legislativo do Paraná está preocupado com a situação de mais esta estatal quando elementos da própria Comissão de Privatização do Congresso Nacional afirma que mais de 3 bilhões e 200 milhões de dólares - no processo de privatização do Governo Collor, o Brasil passou a ter como prejuízo.

Queremos pedir, no momento em que o nosso Relator for apresentar seu Relatório, que todos os parlamentares possam lhe dar a atenção devida, porque o assunto é de bastante preocupação e estamos apresentando à Casa nesta tarde, requerimento em nome de vários Deputados, especialmente os que compõem a Comissão Especial, a discussão e aprovação desse relatório final da Comissão Especial da Ultrafértil e que sejam tomadas as providências indicadas no respectivo relatório e nós justificamos dizendo que, dada a exiguidade do tempo, até a concepção do leilão de privatização da Ultrafértil, impõe-se a agilização por parte desta Assembléia Legislativa, da discussão e aprovação do relatório final da Comissão Especial da Ultrafértil. Deve ser aprovado para que os trabalhos tenham efeitos práticos, a determinação de que a Procuradoria da Casa interponha medida judicial cabível para suspensão do referido leilão da empresa, bem como, seja dado conhecimento do relatório às autoridades públicas que relaciona e esse relatório traz de fato e o nosso relator vai apresentar com toda clareza, as autoridades e as entidades que devem receber esse relatório, para que se demonstre caso aconteça a privatização, no dia 24 da forma como vem sendo, o Poder Legislativo do Estado do Paraná levou e levará ao conhecimento do povo do Paraná e das autoridades representativas desse País, a preocupação referente a esse assunto: Ultrafértil.

Caracteriza-se e isto deve ficar bastante claro no nosso relatório, o entreguismo de mais uma estatal que representará, com certeza, grandes prejuízos à Nação Brasileira e é importante que se frise, apesar de não termos feito constar, é importante que se frise que neste momento, os seus trabalhadores pedem apenas a garantia e o respeito ao patrimônio de uma estatal e não estão preocupados - e isto

ficou bastante claro naquela Comissão, que a preocupação destes trabalhadores não é em relação à sua participação no processo de privatização em termos da compra de ações ou qualquer coisa nesse sentido, mas a preocupação dos mesmos é em relação ao patrimônio existente, à forma de avaliação, aos valores que são bastante expressivos e o dinheiro público, mais uma vez, caracteriza-se, através dos depoimentos, através do que a imprensa do Paraná tem posto, o dinheiro público mais uma vez, está sendo jogado pela janela e a Assembléia Legislativa do Paraná através deste relatório, com certeza, consolidará a sua posição pela não privatização da Ultrafértil da forma como está sendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra, o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Venho hoje à tribuna para comentar sobre um assunto que nos causa enorme preocupação sobretudo nas regiões oeste e sudoeste do Paraná. Há uma mobilização, Senhor Presidente, Senhores Deputados de toda classe política, das lideranças comunitárias e da sociedade civil organizada em relação a um assunto que nos preocupa sobremaneira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicito ao Deputado Nereu. Estamos recebendo a visita na Casa, do ilustre Ministro Evandro Lins e Silva. Nós solicitaríamos que o Deputado deixasse para fazer o seu pronunciamento após a visita do eminente Ministro Evandro Lins e Silva.

(Cumprimentos do Ministro).

Solicito ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan, em nome da Casa, fazer a saudação ao nosso ilustre visitante, Ministro Evandro Lins e Silva.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Excelentíssimo

Senhor Presidente desta Assembléia Legislativa Deputado Hermas Brandão; Excelentíssimo Senhor nobre Deputado Anibal Khury, 1º Secretário da Assembléia Legislativa; nobre Deputado Júlio Bifon, 2º Secretário; nobre advogado, ex-Secretário da Cultura no Estado do Paraná, eminente criminalista, conhecido do Paraná, no Brasil, e com participação também no exterior René Dotti; Senhora e Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa na tarde de hoje interrompe os seus trabalhos para prestar homenagem à inteligência nacional, ao grande jurista Evandro Lins e Silva, ex-Ministro da mais alta corte de justiça

deste País, Vossa Excelência vem hoje ao Paraná para receber justa e merecida homenagem por sua participação na vida jurídica deste País, vida jurídica que se confunde com a própria história jurídica desta Nação.

Ao longo de sua vida Vossa Excelência teve atuação no Supremo Tribunal Federal como Ministro. Na sua vida política Vossa Excelência foi, também, o Chefe da Casa Civil do ex-Presidente João Goulart. Ao recebê-lo, na tarde de hoje, a Assembléia Legislativa neste momento, e o Paraná nos dias que se seguirem, hoje e amanhã, estaremos convivendo com uma das mais respeitáveis inteligências deste País, inteligências que ajudam a construir um País grande, um País respeitado, um País forte. O maior poder de uma nação é efetivamente, a inteligência.

Na história de Vossa Excelência nós sempre vimos o respeito pelos primados do direito, pelos princípios do direito e nos momentos mais difíceis deste País a sua voz não se calou. Vossa Excelência sempre teve a coragem de fazer com que ao direito da força se sobrepusesse a força do direito. Sempre, e especialmente, no ramo do direito penal, aquele que diz mais de perto à liberdade do cidadão, à vida das pessoas é que Vossa Excelência marcou assim mais acentuadamente a sua presença, a sua coragem cívica e a sua competência como jurista.

Nós escrevemos, Senhor Ministro, na nossa Constituição, no preâmbulo da nossa Constituição que a fizemos para a construção de um Estado democrático e na sua construção, entre os valores que nós nela pontificamos, nós pusemos a justiça entre os valores supremos de uma sociedade fraterna, fundada na harmonia social.

Para que nós possamos, Senhor Ministro, ter esta harmonia social, esta igualdade, esta fraternidade, esta legalidade e para que possamos fazer com que os princípios de Montesquieu, ditados há mais de duzentos anos, a interdependência e a harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, é importante que sirva de exemplo a todos nós a sua vida jurídica e a sua vida pública de maneira que possamos ter à disposição de todos os cidadãos desta Pátria uma justiça sempre ágil e que dê respostas rápidas à prestação jurisdicional que a sociedade busca. A justiça, para ser justiça, precisa ser distribuída acentuadamente com a rapidez que a sociedade necessita.

Além da sua competência como Ministro, como político que honra a história de vida deste País, nós precisamos, todos nós, prestigiá-lo, para que tenhamos esta justiça rápida, barata e mais perto do cidadão.

Curitiba, segunda, em 21.06.93

Portanto, Senhor Evandro Lins e Silva, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, que conta com mais de sessenta anos de dedicação às atividades profissionais do Direito, e especialmente como lembramos do Direito Criminal, no seu currículo nós encontramos também que Vossa Excelência foi Procurador Geral da República, Ministro das Relações Exteriores, Chefe da Casa Civil durante o Governo João Goulart, além de exercer as atividades como advogado, consultor em questões criminais de grande relevo e de alta indagação jurídica, Vossa Excelência é também presidente do Grupo Brasileiro de Associação Internacional de Direito Penal.

Em reconhecimento por todo o trabalho que Vossa Excelência vem prestando a este País, Vossa Excelência receberá o prêmio Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos, láurea que todos os anos, desde 89, é concedida a personalidades de destaque nacional em defesa desses aludidos direitos.

Certamente, Senhor Ministro, o Paraná, grande quantidade de paranaenses e brasileiros, estaremos presentes no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, para assistir a importante conferência que Vossa Excelência fará sobre a democracia, a justiça e os direitos humanos.

Direitos humanos que esta Nação é testemunha, Vossa Excelência sempre soube defender mesmo naqueles momentos em que muitos não tinham a coragem de se manifestar, ali estava a bravura de Vossa Excelência, ali estava a inteligência de Vossa Excelência na defesa desses direitos humanos.

É importante ainda registrar, Senhores Deputados, que em sua longa atividade pública, o ex-Ministro Evandro Lins e Silva dedicou-se à causa dos marginalizados sociais e dos perseguidos políticos e como advogado, destacou-se na tribuna do juri e na defesa de teses de grande conteúdo humano e social e nós encontramos ainda o Senhor Ministro, muitas pessoas aqui no Paraná que tiveram o patrocínio de Vossa Excelência na defesa de seus direitos quando foram perseguidos políticos.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta Casa se regozija com a visita de Vossa Excelência e lhe presta esta merecida homenagem, Vossa Excelência que sempre soube fazer cumprir e respeitar a Constituição brasileira que aqui, entre também os direitos e as garantias individuais está escrito, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, qualquer ameaça ou lesão de direito e esta lição, como tantas outras, Vossa Excelência tem dado ao Paraná, ao Brasil e ao mundo.

Seja bem vindo e o nosso regozio pela sua visita.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Casa terá a satisfação de ouvir o Ministro Evandro Lins e Silva.

O SR. EVANDRO LINS E SILVA - Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Deputados.

Confesso-me sensibilizado ante esta imprevista homenagem que acaba de me prestar esta Casa Legislativa.

Costumo dizer que o tempo é um fator de desgaste e ao mesmo tempo de recompensas, porque quando a gente atinge assim o decanato em várias profissões, costuma receber reverências a toda solenidade em que comparece, por exemplo, para participar da Mesa, outras vezes para prefaciá um livro de um jovem autor e é uma recompensa para quem já atingiu a chamada idade provecta e estou realmente emocionado e sensibilizado com essa homenagem, repito, imprevista, sobretudo partindo de uma Casa que é composta de homens que representam o pensamento da coletividade, porque escolhidos através do voto dos seus concidadãos para representá-los no Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Estado que hoje é tido na Federação como exemplo no seu desenvolvimento, na sua direção, no seu atendimento às questões sociais, a Cidade de Curitiba que é exemplo até para países estrangeiros. De maneira que isso, realmente, me comove e me sensibiliza sobremaneira.

Mas, nós deveríamos pensar muito, acho eu, nesta hora, no País e no mundo. A vida me fez desempenhar muitos cargos eminentes, funções públicas de relevo, familiarizando-me com situações do País e do mundo, em relação ao momento atual que a humanidade vive, depois da 2.^a guerra mundial.

Mas, o pior não é isso. É que depois da 2.^a guerra mundial, quando se esperava uma espécie de pacificação dos espíritos, surgiu uma guerra chamada "guerra fria", que colocava em risco a própria humanidade, ante o antagonismo de duas grandes potências, que ameaçavam a humanidade de uma hecatombe, ante a descoberta das armas nucleares. E, qualquer guerra que se desencadeasse, não se saberia qual seria o termo, qual seria o seu fim. Imaginava-se, até, o fim do mundo, com a terrível destruição da própria humanidade.

Este período parece ter passado. Mas, agora, mais sério que isso é que não se sabe o que fazer diante do que aconteceu. O que vai acontecer no mundo atual, ou o que está acontecendo no mundo atual.

Vê-se que os jornais, os meios de comunicação já anunciam que há no mundo cerca de 1 bilhão e 200 milhões de famintos, de miseráveis. É uma potência única a ter o domínio, evidentemente, o comando e a

direção de todos os povos, pelo menos a tutela de todos os povos.

A Europa central, em guerras localizadas aqui e ali. A ex-União Soviética num problema que não se sabe onde vai terminar. São 16 nacionalidades. Armas atômicas distribuídas não se sabe onde nem sob direção de quem. O desenvolvimento deste problema nos leva sempre a perguntar: o que fazer, agora?

O que fazer? Os países do 1.^o mundo estão cheios de problemas, também. Vejam, por exemplo, eu vim agora da Europa, a Alemanha tentando libertar-se do êxodo dos povos da Europa central. A França, contestando o recebimento ou asilo a outras nacionalidades.

Ao mesmo tempo, o Terceiro Mundo num atraso progressivo. A fome se alastrando por toda a Terra. Todos os problemas surgem à mente de legisladores, políticos do País, do Brasil, no plano federal e no plano estadual, preocupados com o que possa ocorrer de agora por diante.

Como resolver todos estes problemas que afetam a humanidade inteira? E é para nos preocupar, também, porque somos partícipes dele, sentindo na nossa situação interna, também, a maior gravidade na solução de nossos problemas, do nosso poder econômico, da reorganização do nosso País.

Então, como sair da dificuldade da inflação que todos os meses aumenta de 25 a 30%? Como resolver isso? Aonde isso vai bater? Vai ou não explodir o País, diante dessa situação? O que fazer diante disso?

Vejam que a incerteza e a insegurança de todos, a fome, a miséria se alastrando cada vez mais, e a pobreza aumentando no País, nas grandes cidades, nos grandes centros, no interior do País, nas zonas mais atingidas pela desgraça, como o nordeste, o norte, temos vários Ministros da Fazenda num período curtíssimo de gestão do novo Presidente. Evidentemente que esses problemas têm que ser solucionados pelos Políticos, são os Deputados de todos os Estados, é a união de todos os brasileiros que há de encontrar uma forma capaz de evitar que a crise chegue a tal ponto que haja uma ruptura antidemocrática. Todos devemos temer que isso possa acontecer.

Agora, um outro plano econômico, como outros houveram, e que depois os economistas costumam explicar porque não deu resultado o plano anterior que era infalível. Estamos diante de uma situação realmente dramática em nosso País, penso eu, na minha opinião acho que devemos todos meditar seriamente, aqueles que têm responsabilidade na vida pública, para encontrar uma saída para a dificuldade em que nos encontramos.

Só é possível que este plano apresen-

tado agora pelo Ministro da Fazenda, tímido ainda, com apelos para um imposto sobre cheques, será que isso constituirá a solução? Penso que sendo como é uma pessoa da mais alta respeitabilidade e que por isso tendo uma credibilidade indiscutível vai encontrar a boa vontade e a simpatia de todos para que ele encontre o caminho, para que esse caminho apontado por ele seja aquele que leve a melhoria, ao reequilíbrio da economia do nosso País. Não creio porém, acho que enquanto persistir essa invenção diabólica, que é a correção monetária, não se resolve o problema de inflação no Brasil, porque todos os meses nos acostumamos a assistir na televisão todos os dias a constatação de que a inflação aumentou. Quem possui a moeda de acordo com o sistema da correção monetária tem assegurado plenamente a reposição do seu dinheiro, da sua mercadoria, que é o dinheiro. Agora, o assalariado não, todos os meses ele ao invés de ter o crescimento que tem o dono da moeda de 1% ao dia, ele tem a perda de 1% ao dia.

Ora, esse sistema, eu não sou economista, mas me parece irracional. Como resolver o problema mantendo esta política de indexação dos preços? Quer dizer, se o ouro sobe na bolsa de Nova Iorque o preço do chuchu aumenta no Brasil? É inconcebível que isso continue, que isso prossiga, há uma espécie de cultura inflacionária. Todos estão assim meio anestesiados com esta aplicação desse sistema criado em 64 pela lei que criou o Banco Nacional de Habitação, eu ainda fazia parte do Supremo Tribunal Federal, e me recordo no primeiro debate sobre o assunto achei que era uma invenção diabólica, usei a expressão naquela época, são decorridos mais de vinte anos, não se solucionou nada, ao contrário, dia a dia a situação se agrava, viramos o País da agiotagem, juros de 40%, 50% ao mês, que é verdadeiramente inconcebível; estamos numa situação de insegurança e de incerteza quanto ao futuro, que acho que todos compreendem, que em determinado instante isso há de explodir. Não há economia que possa resistir a uma retificação mensal de mais de 25%, ou de 30%. Então, aproveito a oportunidade apenas para sugerir aos Srs. Deputados do Estado do Paraná que meditem sobre este assunto, que procurem encontrar as soluções, que procurem cooperar no sentido de encontrar o caminho e a saída. Se for este o caminho certo, acertado, proposto pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso, muito bem, vamos acompanhá-lo. Mas por que não arriscar um pouco mais? Por que não enfrentar um problema real que é o problema da correção monetária? Por que admitir que haja todos os meses esta coisa inconcebível de dizer que a moeda valorizou 25 ou 30%, indexada

ao dólar, o salário ter que ser reduzido.

Quer dizer, então, para compensar o pagamento desse 1% ao dia de quem possui a moeda, temos que retirar 1% ao dia de quem é assalariado.

Penso que podíamos até sugerir uma fórmula, até estou escrevendo um artigo para publicar sobre isto, que seria um imposto sobre a correção monetária. Por que à última hora na Constituição da República, na nossa Constituição Federal, o "lobby" dos banqueiros conseguiu encartar a correção monetária nos artigos 46 e 47 das Disposições Transitórias que quase nos alçaram: não podemos nem modificar essa situação sem uma reforma da Constituição.

Eu imaginei, e deixo à meditação dos Senhores estaidéia: de taxar essa correção. Não considerar uma reposição. Não. Isto é uma forma disfarçada de juros. É uma forma disfarçada de remunerar esse capital que estava fixado em tal valor. Então, por que nós taxamos, por exemplo, um aumento do salário? Este é taxado. Há o imposto de renda que incide sobre o salário. Por que não fazer incidir sobre a correção da moeda? E eu ainda não publiquei esse artigo porque fiquei pensando numa solução mais arrojada, que seria a seguinte: é o aumento progressivo desse imposto até chegar a terminar, a eliminar a correção monetária. Se formos aumentando esse imposto pouco a pouco chegaremos a um ponto de igualá-lo com o próprio valor da moeda, da moeda que está presa, e então a correção monetária teria acabado de uma forma lenta e gradual, como era tão do agrado do General Geisel, quando Presidente da República, em relação a anistia.

De maneira que penso que este problema é o problema mais sério do nosso País e não é possível suportá-lo mais por uma questão muito simples: quem possui a moeda vai por acaso aplicá-la num empreendimento produtivo para criar empregos? Não, porque é muito complicado, muito trabalhoso. Por que não usar o método mais fácil e mais simples de aplicá-lo no mercado financeiro e receber 30% ao mês? É muito mais cômodo.

Então é um fator estimulador da recessão este, porque esperar que o industrial que tenha um grande lucro na sua empresa vai empregar esse lucro em novos empreendimentos, é um sonho, é uma ilusão, é uma fantasia. Porque a realidade é esta, que não se pode esperar outra solução se não que esse cidadão procure empregar o seu dinheiro da maneira mais favorável ao seu interesse pessoal.

Não acredito também nos apelos, filantropia, a generosidade, a bondade daqueles que emprestam dinheiro a juros. Houve quem tirasse pedaços da carne dos seus devedores. Não é possível imaginar que alguém vá desistir da cobrança de juros e nem é

permitido. Aquele que vende a mercadoria se ele puder aumentar e ganhar faz parte da própria ambição natural do homem ganhar mais. E não será com medidas de apelo, de sedução, de solicitação à bondade, à compreensão do problema do País que se vai obter resultado. De maneira que estou extremamente gratificado com essa homenagem prestada de improviso ao velho jurista que já completou mais de 61 anos de exercício da profissão de advogado, exercício de outras funções públicas. E certo de que haveremos de encontrar uma solução, eu não tenho dúvida, na hora em que a crise se tornar insuportável a solução tem que surgir. Mas não vamos deixar que ela chegue a essa situação de insuportabilidade, não é desejável para o País.

Portanto, escutando-me da demora no agradecimento, aproveitei o ensejo para me dirigir à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sabendo que ela, sendo como é, o Estado, hoje, como exemplo um dos mais influentes do Brasil, pela sua economia, pelo seu desenvolvimento, o trabalho do seu povo eu espero que possam eles influir também na solução desse problema. Esse problema não é só do Paraná, nem do Rio de Janeiro, nem de São Paulo esse problema é um problema do nosso País. Devemos todos estar unidos nesta hora para encontrar a solução para resolver este problema terrível que nos aflige há tantos anos e que não estamos vendo a porta de saída. Então, o que fazer?

Agradecendo mais uma vez ao Deputado Oswaldo Trevisan, as palavras tão generosas que me dirigiu e à Assembléia, a oportunidade de lhe dirigir estas palavras, eu encerro desejando ao Estado do Paraná o desenvolvimento que ele tem tido e aplaudindo-o como exemplo que é de uma das unidades da Federação do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Casa agradece ao eminente Ministro Evandro Lins e Silva sua visita, bem como, nosso particular amigo Dr. René Dotti e colocar a Casa sempre à disposição do eminente Ministro. Solicito ao Deputado Alceu Swarowski e Luiz Carlos Zuk, acompanharem os nossos ilustres visitantes enquanto estiverem em nossa Casa de Leis.

Continua com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Como vinha falando, quero hoje tratar aqui nesta Casa um assunto que tem consumido uma enorme e extrema preocupação das Lideranças Políticas Comunitárias e da Sociedade Civil Organizada do Oeste e do Sudoeste do Paraná. Apresentarei um Projeto de Lei, nesta Assembléia, tentando e buscando regulamentar

a questão da construção de Usinas Hidrelétricas no Estado do Paraná. O Sudoeste e o Oeste do Paraná possui um grande número de usinas instaladas produzindo energia elétrica para o Paraná e para o Brasil. Perdemos enormes quantidades de terras produtivas, expulsamos o nosso homem do campo e levamos para outros Estados e para à beira das grandes cidades, sem nada termos em troca, Sr. Presidente, sem nada termos de vantagens. Construíram a Usina de Itaipu, a Usina de Salto Osório, a Usina de Salto Caxias, a Usina de Salto Segredo, a Usina de Salto Santiago e o Governo do Paraná, através da COPEL, busca a construção da Usina de Salto Caxias e uma grande mobilização dos agricultores, pequenos proprietários rurais que habitam as margens do Rio Iguçu. Trava-se para que a COPEL analise com carinho a questão da construção da barragem da Usina de Salto Caxias.

Recentemente estivemos reunidos no Município de Boa Vista da Aparecida com a coordenadoria dos desabrigados pela barragem do Rio Iguçu e se estabeleceu que faremos uma grande campanha, Senhor Presidente, para podermos conscientizar a COPEL de que é necessário, antes de beneficiar qualquer construção de usinas, de barragens no oeste e no sudoeste do Paraná e no território paranaense, é preciso democratizar estas obras.

Não é mais possível que se façam obras na calada da noite e que todos os agricultores que residem nas regiões mais produtivas deste Estado, que são as margens dos rios, sobretudo o Rio Iguçu, que possui diversas usinas construídas neste Estado e a Usina de Salto Caxias terá, fará, causará o desabrigo de aproximadamente 4000 pequenos proprietários rurais que vivem um momento de extrema expectativa, com um sentimento de não saber para onde ir, talvez na busca de novos Estados para morar, Senhor Presidente e é preciso que o Governo do Paraná, através da COPEL, estabeleça regras claras para fazer o início desta obra, para que os agricultores que lá nasceram, que lá cresceram, que lá formaram as suas famílias, que lá residem e que aquela terra amam, possam ter a segurança de poder viver o resto de suas vidas, felizes com as suas famílias e nós como Parlamentares daquela região, sentimos a preocupação dos agricultores de Três Barras do Paraná, de Nova Prata do Iguçu, de Boa Vista da Aparecida, de Capitão Leônidas Marques e de outros municípios que terão suas áreas alagadas com a construção da Usina de Salto Caxias.

Queremos estabelecer regras para que a COPEL só inicie obras de barragens neste Estado, posteriormente ter feito a indenização dos agricultores. Não é possível que primeiro se iniciem as barragens, se

construam as usinas, para depois buscar indenizar os agricultores que, com a água pelo pescoço, muitas vezes vendem suas terras por ninharias, por preços muito abaixo do valor que elas valem, colocando esta gente, como aconteceu em Itaipu, na beira, nas margens das rodovias, nas favelas das cidades, desabrigados, pela falta de amparo e de uma política justa.

Assim sendo, Senhor Presidente, estou apresentando nesta Casa de Leis um Projeto de Lei que dispõe sobre o reassentamento de habitantes e trabalhadores em imóvel rural, desapropriado por necessidade, ou utilidade pública. Queremos fazer com isso, que existe no nosso Estado do Paraná uma política clara e justa, com relação a pessoas que tenham seus bens imóveis em áreas de alagamento, e no dia 25 de junho faremos realizar na localidade de Barra Bonita, Município de Três Barras do Paraná, uma grande concentração de pessoas de toda sociedade civil do Oeste e Sudoeste do Paraná, buscando conscientizar a COPEL de que é necessário respeito, que é necessário, primeiro de tudo, estabelecer critérios para construção de barragens em nosso Estado.

Não queremos mais, e não aceitamos, Senhor Presidente, vermos os agricultores sofridos serem colocados fora das suas propriedades, beneficiando sobremaneira o desenvolvimento e o progresso. Não somos contra a construção de usinas, muito pelo contrário, porque elas são necessárias e úteis para o Brasil e para o mundo. Mas o Paraná, grande produtor de energia elétrica, nada recebeu até hoje do Governo Federal, nada recebe em troca da produção da energia elétrica, é o caso de Itaipu, Senhor Presidente, os royalties de Itaipu estão atrasados e o Governo Federal não tem dinheiro para pagar a compensação das áreas alagadas. E nós perdemos a nossa terra, o nosso povo que vai embora, e não recebemos nada em contrapartida pela construção das usinas e pela geração da energia elétrica.

É preciso uma forma de compensação também, não só para os agricultores que perdem as suas terras, mas também e sobretudo, para os municípios que cedem as suas áreas para a formação dos lagos para a geração da energia elétrica. Este que é um grande chamamento que eu faço hoje nesta Assembléia e solicito aos meus colegas Deputados Estaduais, dignos representantes do povo do Paraná que nos ajudem nesta luta para que façamos um estabelecimento de normas e regras, para que não haja mais usinas no nosso Estado sem que haja um plano.

Normas, leis que a COPEL tenha que obedecer para a construção, e assim o nosso povo não sofra mais as terríveis conse-

quências que têm sofrido em função dos lagos que se formam.

E é verdade Senhor Presidente, que no Sudoeste e Oeste do Paraná, quatro mil famílias cederão áreas de terras para formação do lago e usina de Salto Caxias, e nós precisamos, como Deputados, não permitir que se faça este benefício tão importante sem que a população tenha os benefícios e tenha a segurança de que terão áreas de terra, sobretudo no próprio município onde reside, que a COPEL faça a desapropriação e o assentamento nos próprios municípios onde as pessoas residem.

Concedo aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentar o

Deputado Nereu Moura pelo seu pronunciamento nesta tarde que traz nessa Casa para a discussão, para análise e para a reflexão de nós Parlamentares, esse assunto que é por demais importante, porque o Estado do Paraná tem sido o Estado que mais tem sofrido ação de barragens de hidrelétricas que se por um lado trazem benefícios, trazem a contribuição do Estado para o desenvolvimento do País, e por outro lado traz o prejuízo para o trabalhador, para o lavrador, o agricultor, que a primeira vista parece que vai resolver o seu problema, porque compra essa sua terra, ele recebe o dinheiro, se bem aplicado, pode ter um futuro até certo ponto garantido, mas, se mal aplicado, pode ter um futuro até certo ponto garantido, mas, se mal aplicado, vai-se transformar, num futuro bem próximo, um bóia-fria, um desocupado, mais um daqueles que vem inchar a cidade grande em busca de uma oportunidade.

Vou trazer também para contribuir para o seu pronunciamento, nos próximos dias, uma análise a respeito de uma barragem que o grupo Ermírio de Moraes está fazendo no Vale da Ribeira, na divisa do Estado de São Paulo. Grande parte do Estado de São Paulo, Cidade de Adrianópolis, de Dr. Ulisses a Cerro Azul, vão ser atingidos por esta barragem. Pequenos proprietários já venderam as suas terras que contribuíam para uma das regiões que mais produzia laranja no Estado do Paraná. Tenho certeza de que também esta gente, num futuro bem próximo, estará inchando as grandes cidades em busca de uma melhor oportunidade, porque, certamente, o dinheiro que entrou hoje pelo pagamento da sua terra, que não deve ter sido valorizada, que não deve ter sido feita uma estimativa correta, é porque dinheiro "pintou" na frente, apareceu na frente, numa época de tantas necessidades e o pequeno lavrador acabou largando a sua área, porque está com o dinheiro na mão.

Eu acho que o seu pronunciamento é muito importante. A Assembléia e o Governo precisam dar um basta nisso. O Paraná é generoso, mas não pode ser tanto assim, sob pena de ficarmos em Estado com mais água do que terra, onde não teremos tantas plantações. Vejam aí o exemplo de Itaipu, quantas áreas férteis foram destruídas pelas águas de Itaipu.

Então, eu quero cumprimentá-lo e dizer da importância do seu pronunciamento, hoje à tarde, nesta Casa.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. NEREU MOURA - Só para encerrar, Senhor Presidente.

Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Algaci Túlio.

Encerro, Senhor Presidente, dizendo que vou apresentar este Projeto de Lei aqui hoje e gostaria de contar com o apoio dos Deputados, inclusive para melhorá-lo, para que possamos estabelecer regras em nosso Estado, a fim de que esse imenso contingente de pessoas, que estão a merecer uma atenção especial dos Deputados e do Paraná, possa ficar tranqüilo com a certeza de que a perda de suas áreas, de suas propriedades, será compensada por uma política justa que o Governo do Paraná, através da COPEL, haverá de estabelecer daqui para frente.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência que, no momento em que entramos na Ordem do Dia, eu possa fazer a leitura do relatório final da Comissão Especial da ULTRAFÉRTIL, uma vez que a gente teve o relatório aprovado hoje em caráter de urgência.

É o requerimento que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Estamos encaminhando a esta Casa hoje um requerimento pedindo a criação de uma comissão especial, composta por cinco membros para acompanharmos a inadimplência da Cooperativa Agrícola de Cotia junto aos seus associados e cooperados.

Lembro aos Senhores Deputados que existem aproximadamente dezoito mil associados dessa cooperativa em nosso Estado.

Nós entendemos que a falta de pagamento aos cooperados e aos fornecedores por esta cooperativa trará sérios problemas, não só aos agricultores cooperados, mas

também ao comércio onde nós temos estabelecida esta cooperativa.

Torna-se necessário, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a classe política desse Estado mobilize suas forças para acompanhar o desenvolvimento dos problemas surgidos com a crise financeira nessa cooperativa que, segundo a imprensa, chega a seiscentos e cinquenta milhões de dólares.

Nós queremos dizer que teremos dezoito mil pequenos produtores do Paraná em situação difícil e, por isso, propomos, hoje, a criação dessa comissão para acompanhar a situação financeira dessa cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 90/93 subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do corrente dia, em virtude de estar impossibilitado de comparecer. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

O Deputado Dr. Rosinha requer urgência para discussão e aprovação do Relatório Final da Comissão Especial da ULTRAFÉRTIL. Realmente a urgência se faz necessária, porque dia 24 haverá uma decisão sobre o assunto.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós gostaríamos da atenção dos Senhores em função que vamos ler o relatório final da Comissão Especial da ULTRAFÉRTIL e dado o exíguo tempo que nós temos pela frente, uma vez que o leilão está marcado para dia 24, a Comissão que aprovou por unanimidade tal relatório deseja vê-lo votado e aprovado na data de hoje.

COMISSÃO ESPECIAL DA ULTRAFÉRTIL Relatório Final

1. Introdução.

Este relatório é resultado do trabalho da Comissão Especial sobre a privatização da ULTRAFÉRTIL. Diante das inúmeras dúvidas que cercam o programa de privatizações, das constantes denúncias de irregularidades, adiamentos de leilões e atendendo reivindicação da Associação dos Profissionais da ULTRAFÉRTIL de Araucária e

demais setores organizados da sociedade, foi solicitada e constituída a presente Comissão através de Requerimento de autoria do Deputado Paulo Maia, líder da bancada do Partido Democrático Trabalhista aprovado por unanimidade em 7 de junho de 1993. Compõem a Comissão os seguintes deputados estaduais: Paulo Maia de Oliveira (Presidente); Luiz Henrique Bona Turra (Vice-Presidente); Dr. Rosinha (Relator); Nelson Justus; Geraldo Cartário; Alceu Swarowski; Carlos Simões; Lourenço Fregoneze e Plauto Miró Guimarães.

Cronograma de atividades da Comissão:

16/junho Visita à ULTRAFÉRTIL, 10 horas.

16/junho Reunião da Comissão com depoimentos dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e da Associação dos Profissionais da ULTRAFÉRTIL de Araucária, 16 horas.

17/junho Reunião da Comissão com depoimentos dos diretores da ULTRAFÉRTIL, 10 horas.

21/junho Reunião da Comissão para aprovação do Relatório final.

2. Contextualização: As privatizações a nível internacional.

Mudanças no cenário político internacional determinaram uma nova estratégia global, elaborada e desenvolvida pelos países capitalistas avançados, que procuram redefinir o papel do Estado na economia. Em linhas gerais, caberia ao Estado afastar-se progressivamente do controle das esferas produtivas, concentrando-se apenas em alguns poucos setores considerados essenciais: promover a internacionalização da economia derrubando protecionismos aos produtores nacionais e deixar a regulação da economia sob o império exclusivo do mercado.

Esta orientação global da economia, exemplificada modelarmente pelas experiências da Inglaterra, funcionou como paradigma de ação política para diversos países do terceiro mundo, na maioria esmagadora dos casos as consequências foram desastrosas. A queda da inflação em países como a Argentina, Chile, México e Bolívia foi obtida com a pauperização brutal da população, aprofundando o abismo social entre os poucos ricos e milhões de miseráveis.

Mesmo os países de tradição econômica liberal, como os Estados Unidos, não são seguidores fiéis da pregação neoliberal. A Inglaterra, por exemplo, em doze anos de governo conservador e neoliberal privatizou apenas 17% do seu sistema empresarial. Em todos eles o Estado tem papel decisivo na regulação da economia e, em muitos deles, controla diretamente importantes setores econômicos. O setor da agricultura

pode ser usado como exemplo de protecionismo à produção nacional, constituindo um conjunto de medidas que garantem a produção e o desenvolvimento tecnológico.

No caso específico da produção de fertilizantes são conclusivos os seguintes dados:

65% da produção de fertilizantes nitrogenados e 80% dos fertilizantes compostos (NPK) da Europa ocidental são estatais.

Das 17 maiores empresas mundiais de fertilizantes, 12 são estatais, uma é de economia mista e 4 são privadas, sendo duas controladas por estatais de outros países.

3. A privatização da ULTRAFÉRTIL

3.1 - A importância estratégica do setor de fertilizantes.

A agricultura responde por cerca de 40% do PIB nacional, movimentando negócios da ordem de 140 bilhões de dólares anuais. Nossa agricultura, apesar da importância para o desenvolvimento do país, é tecnologicamente muito atrasada. A produtividade média das principais culturas, com exceção da soja, é bastante inferior a de países menos desenvolvidos que o nosso. Nosso consumo de fertilizantes é de 48 quilos por hectare, contra uma média mundial de 100 quilos por hectare.

Nossa agricultura, apesar de sermos a 8.^a economia mundial, consome apenas 2,6% da produção global de fertilizantes.

O crescimento populacional exige medidas efetivas para o combate à fome no Brasil. Neste sentido a indústria de fertilizantes tem papel fundamental, e o governo deve agir positivamente para diminuir os problemas nesta área. Cabe ressaltar, segundo documento produzido por profissionais do grupo PETROFERTIL, que "caso sejam aplicadas técnicas agrícolas já existentes, associadas ao uso intensivo de fertilizantes, haverá uma redução de 31 milhões de hectares que, além de preservar o meio ambiente, implicará em uma redução significativa de investimentos em infraestrutura." (pág. 52).

Nossos índices econômicos e sociais indicam que o consumo de calorias no Brasil é de 1900 calorias/per capita/por dia, enquanto que a Organização Mundial da Saúde coloca como mínimo 2400 caloria/per capita/por dia.

3.2 - A História da ULTRAFÉRTIL.

A ULTRAFÉRTIL, tal como hoje é constituída, teve sua origem através de três empreendimentos distintos da própria iniciativa privada, que abandonou o setor em 1974 em razão da crise econômico-financeira do País e que determinou a intervenção governamental e a inserção da empresa no processo estratégico para tornar o Brasil

auto-suficiente na produção de fertilizantes e aumentar a sua produção agrícola. Agora, que o setor mostra-se absolutamente atraente em razão de uma demanda mundial pelos produtos da empresa, a iniciativa privada tem interesse em assumir novamente o seu controle.

Segundo documento elaborado pela Associação dos Profissionais da ULTRAFÉRTIL de Araucária, e que resgata a história da empresa em meados de 1950 o Conselho Nacional do Petróleo ofereceu, sem êxito, à iniciativa privada, o gás sobrando da Refinaria de Petróleo de Cubatão. Coube, então à Petrobrás o seu aproveitamento na produção de amônia, ácido nítrico e nitrato de cálcio, dando origem à FAFER, em 1958, inicialmente vinculada ao CNP, posteriormente à Refinaria e finalmente em 1977 como um complexo da ULTRAFÉRTIL.

Em 1965 foi constituída a ULTRAFÉRTIL S.A. - Indústria e Comércio de Fertilizantes, pela Associação de Phillips Petroleum (EUA) com o grupo Ultra (nacional), visando explorar um enorme "filão" que o mercado de fertilizantes químicos se apresentava diante da incontestável vocação agrícola brasileira (e forte subsídio para o empreendimento). Iniciou suas atividades comercializando fertilizantes importados. Houve rápida expansão valendo-se do Terminal Marítimo próprio, em Santos, e do acesso rododiferroviário para distribuição em redes e filiais que prestavam assistência técnica de serviços agrícolas.

Em 1970 concluiu a implantação do seu Complexo de Fertilizantes em Piaçaguera (SP), iniciando no País a produção de ácido fosfórico e amônia, insumos básicos para a produção de fertilizantes químicos nitrogenados e fosfatados, já que o Potássio continuaria sendo de extração mineral (quase todo importado).

Com a crise econômico-financeira da década de 70 a Phillips Petroleum deixou os negócios de fertilizantes e o desinteresse da iniciativa privada com a produção de matéria-prima para fertilizantes químicos no País sem forte subsídios do governo a sustentar a iniciativa privada, coube mais uma vez à Petrobrás a continuação do empreendimento, via Petroquisa, em 1974. O que viria a ser a estatização da ULTRAFÉRTIL, veio na verdade ao encontro da visão estratégica do governo em relação à necessidade de tornar o Brasil auto-suficiente na produção de fertilizantes químicos, de eliminar custos de importação de US\$ 700 milhões/ano de fertilizantes químicos e tendo por objetivo final aumentar a produção agrícola no Brasil para consumo interno e o excedente para exportação.

Esta estratégia resultou na criação da Petrofértil, em 1976, uma subsidiária da Petrobrás que assumiria o controle acionário

da ULTRAFÉRTIL em 1977, iniciaram-se grandes investimentos estatais na área, sendo que a Unidade de Araucária teve investidos US\$ 500 milhões para a produção de amônia e uréia a partir de resíduo asfáltico - a única no mundo com esta tecnologia - através de um processo que permite alta eficiência global. Este Complexo foi incorporado à ULTRAFÉRTIL em 1981: sua produção se iniciou em 1982, fomentando o desenvolvimento do mercado regional e reduzindo substancialmente os custos de fertilizantes nitrogenados no Sul do País, mas no mesmo ano o então Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, determinou a saída da ULTRAFÉRTIL do setor de comercialização dos seus produtos, acarretando redução à metade do faturamento da empresa, beneficiando o setor das empresas privadas "misturadoras". Em 1984 foi consolidado o Grupo Petrofértil na forma da Lei das S/A.

Especificamente no Paraná, em que já foram investidos mais de US\$ 500 milhões, a ULTRAFÉRTIL está instalada numa área de 636 mil metros quadrados no Município de Araucária responsável pelo crescimento de 73% da produção nacional de amônia e 143% no crescimento da produção de uréia em relação a 1981, proporcionando uma economia de US\$ 40 milhões por ano na substituição de importação. O faturamento anual é da ordem de US\$ 70 milhões e a arrecadação de ICMS é de US\$ 3 milhões.

A privatização da ULTRAFÉRTIL através do PND não atinge apenas o Complexo Industrial de Araucária, mas engloba também sobre os Complexo Industrial de Piaçaguera, em Cubatão, Complexo Industrial de Cubatão, também em Cubatão, e sobre o Terminal Marítimo de Piaçaguera, em Santos, capaz de descarregar navios de até 200 metros, calado de 10,5 metros e até 40 mil toneladas, totalizando um custo de reposição avaliado entre US\$ 800 e 900 milhões. O Grupo ULTRAFÉRTIL é atualmente superavitário, não dá prejuízo ao Governo, pois todos os complexos industriais que compõem a "holding" intercompensam-se por um gerenciamento orgânico e adotam políticas de produção integradas que dá equilíbrio ao sistema.

4. Questões a considerar sobre o processo de privatização da ULTRAFÉRTIL.

4.1 - As avaliações e o preço mínimo.

Uma das mais evidentes irregularidades detectadas no processo de privatização da ULTRAFÉRTIL diz respeito as avaliações. O BNDES, responsável direto pelas avaliações, não divulgou o conjunto das informações e respondeu às denúncias de forma evasiva. Apenas com a abertura da CPI das privatizações no Congresso Nacional a população pôde ter acesso aos documentos que envolvem irregularidades em todas as fases

do processo.

Duas empresas foram contratadas para realizar a avaliação que definiria o preço mínimo para a privatização.

A avaliação realizada pela Price Waterhouse/Natron apontou quatro valores mínimos, conforme a tabela a seguir:

1º Relatório:

US\$ 383 milhões (taxa de desconto de 15%)

US\$ 287 milhões (taxa de desconto de 20%)

2º Relatório:

US\$ 400 milhões (taxa de desconto de 15%)

US\$ 304 milhões (taxa de desconto de 20%).

A avaliação da outra empresa de consultoria, Atlantic Capital/Paulo Abib, chegou ao preço mínimo de:

US\$ 195.253 milhões (taxa de desconto 15%)

Entretanto, como o Decreto nº 724 (art. 38), que cria e regulamenta o Programa Nacional de Desestatização, faculta a contratação de uma terceira empresa de avaliação caso exista diferença no preço mínimo superior a 20% entre as duas avaliações iniciais, o BNDES resolveu - de forma ilegal - solicitar uma revisão das avaliações. Com os seguintes resultados:

Price Waterhouse/Natron: US\$ 205 milhões (taxa de desconto de 20%)

Atlantic Capital/PAA: US\$ 202.352 milhões (taxa de desconto de 16%)

Estes valores foram contestados pela PETROFERTIL e diversos setores sociais, originando uma terceira avaliação, com o seguinte resultado:

Trevisan/JAAKKO POYRY: US\$ 200 milhões (taxa de desconto de 15%).

O preço mínimo foi definido considerando a sub-avaliação da empresa Trevisan, basta lembrar que os investimentos realizados ultrapassam a US\$ 1,2 bilhões e que a avaliação da PETROFERTIL, seguindo os mesmos critérios da Trevisan, chegou ao valor de US\$ 392 milhões.

A definição do preço mínimo desconsiderou aspectos fundamentais, incorrendo em distorções que alteram significativamente o preço final da empresa:

a) Não consideração dos benefícios da eliminação de restrições governamentais a investimentos;

b) Consideração de valores excepcionalmente baixos para os produtos no mercado externo;

c) Indefinição do preço das matérias-primas fornecidas pela PETROBRÁS;

d) Desconsideração dos estoques e das vendas futuras já firmadas;

e) Não avaliação do potencial de retorno econômico da utilização do Terminal Marítimo;

Curitiba, segunda, em 21.06.93

f) Desconsideração de investimentos totais de US\$ 107 milhões para o período de 10 anos, concentrados nos 3 primeiros anos;

g) Desrespeito ao Edital de Licitação que exige a incorporação no preço mínimo das "perspectivas da rentabilidade" da empresa.

4.2 - Cartelização

A possibilidade de formação de cartel deveria ser avaliada com maior cuidado. As prováveis empresas compradoras da ULTRAFÉRTIL já detém o controle da comercialização e passarão a deter também o monopólio da produção. A privatização não assegura a obrigatoriedade de investimentos e continuidade da produção de fertilizantes, deixando a agricultura do país sujeita aos interesses de grupos econômicos privados que não estão comprometidos com os objetivos e prioridades nacionais. A privatização transformará o monopólio estatal em monopólio privado, na contramão da história, conforme dados mundiais já citados.

4.3 - Sucateamento da NITROFÉRTIL

A sequência das privatizações inviabilizará outras empresas do grupo PETROFÉRTIL, sobretudo a NITROFÉRTIL. Esta empresa, por estar mais distante do mercado consumidor, depende da ULTRAFÉRTIL para a venda de seus produtos no mercado do sudeste do país ao não manterem concorrência predatória e funcionarem num sistema de compensações de suas capacidades de produção. Assim, privatizar primeiro a ULTRAFÉRTIL levará à depreciação do preço de venda da NITROFÉRTIL, pela redução do seu mercado, com um grande prejuízo aos cofres públicos.

4.4 - Influência sobre a PETROBRÁS

A indústria de fertilizantes utiliza como matéria-prima os resíduos da produção de petróleo, portanto, a PETROBRÁS está diretamente relacionada com a indústria de fertilizantes. É fundamental para as empresas de extração e produção de derivados de petróleo agir em outros setores, garantindo recursos para investimentos na área tecnológica. Com o setor de fertilizantes privatizado, a PETROBRÁS ficará dependente do setor privado para a utilização dos sub-produtos do refino do petróleo. No caso específico da ULTRAFÉRTIL, a PETROBRÁS depende da utilização do resíduo asfáltico para a fabricação da amônia, já que não existem condições para a estocagem deste material. A não utilização do resíduo asfáltico, em caso de privatização, demandará investimentos vultosos da PETROBRÁS para o acondicionamento deste resíduo.

4.5 - Desempenho econômico da ULTRAFÉRTIL

No ano de 1992 a ULTRAFÉRTIL apresentou lucro de US\$ 4 milhões, mostrando-se economicamente viável. Apesar de ter perdido o setor de comercialização - o que apresenta maiores índices de rentabilidade - e não receber recursos do Tesouro Nacional desde o ano de 1986, a ULTRAFÉRTIL é uma estatal lucrativa.

4.6 - Financiamento com dinheiro público para as privatizações

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou integralmente, em condições mais vantajosas que as de mercado, a compra da FOSFÉRTIL, subsidiária do grupo PETROFÉRTIL. A empresa contemplada com o financiamento de dinheiro público estava tecnicamente falida e ofereceu como garantia as ações da própria empresa privatizada. Esta situação representa uma grave distorção do programa de privatizações, pois a União não redireciona seus gastos para a área social. O PND, além disso, preve que as empresas compradoras utilizem apenas 20% de dinheiro vivo, financiando o restante ou utilizando as chamadas "moedas podres", que são títulos da dívida pública depreciados no mercado, mas utilizados nas privatizações pelo valor integral.

4.7 - Alíquotas de importação

Em virtude das privatizações o governo da União tem se submetido às pressões de grupos empresariais privados aumentando as alíquotas de importação dos fertilizantes. Este procedimento provoca o aumento dos preços dos produtos importados, beneficiando os produtores privados nacionais. Esta política casuística fica evidente no caso do aumento da alíquota de 5% para 25% às vésperas do leilão da FOSFÉRTIL, subsidiária do Grupo PETROFÉRTIL.

O governo beneficia o produto nacional privatizado na concorrência com o produto externo sob ação de lobbys empresariais. Atualmente a ULTRAFÉRTIL concorre com empresas estrangeiras que se utilizam do "dumping", sem qualquer ação efetiva de proteção por parte do governo brasileiro.

4.8 - Depoimento do ex vice-presidente do PND, João Agripino Maia

O ex vice-presidente do PND, João Agripino Maia, denunciou em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que a venda de 18 empresas estatais até 31 de dezembro de 1992 causou ao país um prejuízo de US\$ 3,2 bilhões. Agripino Maia disse que as irregularidades verificadas durante o governo Collor continuam ocorrendo e que todas as empresas estatais tiveram seus preços subavaliados. Segundo o ex vice-presidente as licitações

das empresas de consultoria estão sob suspeita, porque a Trevisan - terceira empresa a avaliar a ULTRAFÉRTIL - prestou assessoria a um dos consórcios interessados na compra da estatal. O que é proibido tanto pelo Decreto 724 (artigo 38), quanto pelo Edital de Licitação (item 5.1.1). João Agripino Maia defendeu a imediata suspensão das privatizações e a reavaliação do Programa Nacional de Desestatização, alegando dilapidação do patrimônio público.

4.9 - Falta de discussão estratégica sobre as prioridades e o impacto das privatizações

O PND não foi debatido com os demais setores do governo, nem com as organizações da sociedade civil. O resultado disto é o não estabelecimento de uma estratégia global de desenvolvimento para o país e a ausência de estudos aprofundados sobre o impacto das privatizações sobre a economia nacional.

4.10 - Ações preferenciais aos funcionários

São concedidas vantagens aos funcionários da ULTRAFÉRTIL para a compra de ações da empresa, configurando privilégio excuso a um setor social. Esta iniciativa do governo procura obter apoio dos trabalhadores das estatais, enfraquecendo o movimento contra a entrega do patrimônio nacional.

4.11 - Prêmio êxito

O BNDES estipulou um prêmio de 0,35% sobre o valor de venda da estatal para a empresa de consultoria responsável pela avaliação, caso sejam vendidas 80% das ações. Esta cláusula foi impugnada judicialmente depois de repelida pelo próprio Tribunal de Contas da União por existirem indícios de subavaliação para facilitar a arrematação das ações no primeiro leilão. Este prêmio desvirtua os objetivos das avaliações, provocando suspeitas sobre a lisura do processo.

5. Conclusões

O Programa Nacional de Desestatização estabelece como objetivos, entre outros, a concentração dos esforços do governo nas atividades fundamentais de acordo com as prioridades nacionais (cf. Decreto 724, objetivos do PND). Diante das informações e análises obtidas seria responsabilidade da União incrementar a produção nacional de fertilizantes, visando o aumento da produção de alimentos, e não privatizar setores estratégicos para a economia do país.

A forma como está sendo conduzido o processo, sem transparência e sujeito a

pressões, indica a necessidade de um amplo debate com a sociedade sobre a conveniência destas privatizações.

Neste sentido, considerando as características agrícolas do Paraná, as inúmeras irregularidades e deficiências do processo de privatização, o flagrante prejuízo ao patrimônio público nacional, a necessidade do Estado de assegurar sua presença no setor estratégico da produção de alimentos, sugerimos a imediata suspensão do processo de privatização da ULTRAFÉRTIL, com a sua revisão global.

Curitiba, 21 de junho de 1993.

PAULO MAIA - Presidente

Dr. ROSINHA - Relator

Esse relatório foi aprovado por todos os membros da Comissão e ora é submetido ao Plenário desta Casa.

Obrigado pela atenção, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur, Doutor Rosinha, Plauto Miró Guimarães, Paulo Maia e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando que seja discutido e aprovado o Relatório Final já aprovado pela Comissão Especial da ULTRAFÉRTIL. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 056/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que torna obrigatório o exame de vista no ato de matrícula de aluno da rede estadual de ensino, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando o seu adiamento por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei n° 056/93.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas queremos colocar a nossa posição com relação à privatização da ULTRAFÉRTIL e dizer ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, que nós somos totalmente contra a privatização, uma vez que já estão monopolizados os insumos no nosso País através das multinacionais, e seria uma injustiça praticada aos produtores do nosso Estado, uma vez que nós deixaríamos de ser o regulador, pelo menos, dos preços dos insumos no Paraná.

Por isso, eu me coloco contra a privatização, e tenho certeza de que a posição

Curitiba, segunda, em 21.06.93

tomada nesse momento onde o documento lido pelo Dr. Rosinha recebeu o apoio de todos os Senhores Deputados, e nós temos que defender esse grande interesse que é do nosso Estado.

Muito obrigado!

(Palmas).

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 085/93, de autoria do Deputado João Preis, que denomina o Município de Mandaguá de "Capital da Laranja da Região Noroeste do Estado". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 124/93, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que altera o artigo 2° da Lei n° 7568/82 e revoga a Lei n° 9182/90 e fixa o valor da pensão mensal das viúvas dos ex-Governadores do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 155/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que faculta aos professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério, optar por um segundo padrão, através de aulas extraordinárias. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em relação ao Projeto de Lei n° 124/93, registrar o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - É matéria vencida, mas a Mesa solicitará que conste o voto contrário da Bancada do PT.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 009/93, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA - Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com o voto contrário da Bancada do PT.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 398/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° graus no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.E.. (Publ. no D.A. n° 112/91, de

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo instituir pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° graus, no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei, institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° graus no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná.

Logrou parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo quaisquer óbices, constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 10.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

Após minucioso exame quanto a análise constitucional, regimental e legal do Projeto em epígrafe, temos a informar que nada opomos quanto a lograr parecer favorável, ao assunto supracitado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 398/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Parlamentar Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 398/91, ora sendo examinado por este relator, institui o pagamento diferenciado pa-

ra os estudantes de 1° e 2° graus, no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná.

Como resultado de minucioso exame por parte deste relator, verificou-se a não existência de impedimento algum que pudesse impedir a sua aprovação por esta Casa de Leis, razão pela qual emito o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei n° 398/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 038/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano, dispõe sobre a construção de creches e postos de saúde nos programas de habitação popular, financiados ou com recursos do Orçamento do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.. Com EMENDA da C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 08, de 02.03.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 38/93

P A R E C E R

De autoria do Deputado Colombino Grassano, o presente Plano de Lei dispõe sobre a construção de creches e postos de saúde nos programas de habitação popular financiados ou com recursos do Orçamento do Estado.

Em análise à referida proposta, esta Comissão, no que diz respeito ao mérito da matéria, manifesta-se favoravelmente a seu vigor, sendo esta matéria de grande relevância, uma vez que pretende proporcionar às famílias moradoras destes conjuntos habitacionais, condições mínimas que envolvam serviços de atendimento à saúde e de educação pré-escolar.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental a que é chamada a opinar, esta Comissão não encontrou qualquer óbice que possa impedir a tramitação normal deste Projeto de Lei pelos órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 38/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Colombino Grassano, objetiva o ora mencionado projeto de lei, dispor sobre a construção de creches e postos de saúde nos programas de habitação popular, financiados, ou com recursos do orçamento do Estado.

O projeto em questão mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O artigo 135 da Constituição do Estado do Paraná, diz: "São vedados: I - O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual". Poder-se-ia imaginar que este dispositivo constitucional impediria a aprovação desta proposição. Isto não ocorre, já que não existe a criação de um novo programa, mas sim uma proposição que produzirá efeitos naqueles programas que já se encontram em desenvolvimento.

Simplesmente a título de sugestão desta Comissão de Finanças, propomos que seja incluído um novo artigo no projeto em questão, objetivando a autorização ao Poder Executivo de promover a abertura de crédito suplementar, de acordo com a Lei Federal nº 4320/64, para a efetiva implementação do objetivo do projeto de lei em questão.

Deste modo, diante do exposto, e após analisados os aspectos concernentes a esta Comissão, de acordo com o artigo 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 38/93
EMENDA ADITIVA

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. ... - Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a proceder a abertura dos créditos suplementares correspondentes, para a execução do contido nesta lei, nos termos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964".

Sala das Comissões, em 28.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Apoiamento: Élio Rusch, Nereu Alves de Moura.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 38/93

P A R E C E R:

O nobre Deputado Colombino Grassano tomou a iniciativa de apresentar projeto de lei que recebeu o nº 38/93, através do qual propõe a construção de creches e pos-

Curitiba, segunda, em 21.06.93

tos de saúde nos programas de habitação popular financiados ou que contem com recursos do Estado.

A Comissão de Saúde Pública chamada a opinar sobre a proposição - por seu Relator - entende que a iniciativa é altamente meritória, uma vez que abrange os três temas que mais afligem e movimentam a população brasileira: educação, segurança para os filhos enquanto os pais trabalham, e saúde.

Assim sendo, o meu parecer é pela aprovação da matéria, pois atende aos anseios da população que espera - dos seus representantes do Poder Legislativo do Estado - atitudes como a que ora está em exame.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 38/93

P A R E C E R:

Objetiva, o presente Projeto de Lei, determinar a construção de creches e postos de saúde nos Programas de Habitação Popular financiados ou com recursos orçamentários do Estado, nas condições nele especificadas.

Inexiste óbice à aprovação da nobre iniciativa do Deputado Colombino Grassano, eis que atende às disposições orçamentárias atinentes à matéria.

Além de atender o previsto no plano plurianual do Estado, consubstancia-se em diretriz para a elaboração do orçamento anual de 1993, devendo igualmente integrar as metas e objetivos para o exercício de 1994, em junção do que é, deverá ser incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1994.

Ante o exposto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes ao Município de Paranaguá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. (Publ. no D.A. nº 08, de 02.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 043/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, objetiva

autorizar o Poder Executivo a transferir o Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes, ao Município de Paranaguá.

Analisado sob o aspecto constitucional, observa-se que o mesmo, atende plenamente às exigências legais estando, conseqüentemente, devidamente correto.

Eis que, por essas razões, o parecer lhe é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 043/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Lourenço Fregonese, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir o "Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes" ao Município de Paranaguá.

O presente, tendo sido analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, estando em condições de ser apreciado em Plenário.

No âmbito desta Comissão, o referido projeto não incorre em qualquer óbice.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e a posterior aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 043/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Lourenço Fregonese, o presente plano de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir o Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes, ao Município de Paranaguá.

Analisada a proposta pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Esta Comissão em análise ao mérito do referido projeto, não encontrou qualquer óbice que possa impedir a tramitação normal do presente.

Nestas condições, somos de parecer favorável à aprovação deste plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.93

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 043/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese,

tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir ao Município de Paranaguá, o Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes, pertencente ao Instituto de Saúde do Paraná, incluindo-se nesta transferência seus bens móveis, imóveis e semoventes.

A matéria foi analisada anteriormente nos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Saúde Pública, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação da mesma.

Neste sentido, esta Comissão Técnica, chamada a opinar, vem seguir o entendimento das Comissões supracitadas, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando a sua retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 043/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 157/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, autoriza o Poder Executivo a criar uma escola para surdos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.O.P.T.C. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 40 de 03.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 157/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 157/93, de autoria ao nobre Parlamentar Deputado Anibal Khury, ora sendo examinado por este relator, visa autorizar o Poder Executivo a promover a criação de uma escola que atenda exclusivamente aos surdos, tomando como base o Projeto "Centro de Atendimento Especial" do "Movimento Familiar a Voz do Silêncio", com sede e foro nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, a Rua Vicente Machado n° 160, 8° andar, conjunto 84, centro.

Não tendo sido encontrado impedimento algum que pudesse apor obstáculos a sua normal tramitação, e face ao caráter meramente autorizatório do presente plano de lei, e mais, a sua alta relevância social, emito o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 157/93

P A R E C E R:

O plano de lei, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola para Surdos, conforme especifica.

Logrou parecer favorável na C.C.J.

No âmbito desta Comissão nada há que obste a sua normal tramitação e pelo elevado alcance educativo/sócial da proposição somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.93

(a) ALCEU SWAROWSKI - Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 157/93

P A R E C E R:

O plano de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola para Surdos, conforme especifica.

Não foi encontrado impedimento algum que pudesse apor obstáculos a sua normal tramitação, e com o parecer favorável da C.C.J.

No âmbito desta Comissão não há óbice para que o referido Projeto tenha tramitação legal nesta Casa de Leis.

Assim nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.06.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSE ALVES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 164/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, altera a redação do Art. 7° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 41 de 04.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 164/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 164/93, de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri, visa alterar a redação do Artigo 7° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7° - A criação de Município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao da eleição Municipal".

Da análise proferida, nada foi encontrado que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei por esta Casa Legislativa.

Por tal fato este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93

(aa) BRONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Curitiba, segunda, em 21.06.93

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da pauta de hoje, por 5 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 164/93.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Apenas gostaríamos de justificar aqui que há um documento correndo no Plenário dizendo: "Trevisan falsifica documento do Estado." Queremos dizer que isso nada tem a ver com o nosso ilustre Deputado Oswaldo Trevisan.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado.

Sobre a Mesa, Requerimentos n°s 2082 e 2083, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2095 a 2097, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2084 e 2085, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s 2094, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2047, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2080, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2036, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2035, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2092, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento n° 2098, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2039 a 2046, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2048 a 2079, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2090, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimento n.º 2099, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente.

A Mesa deixa de receber o presente requerimento por julgá-lo que não é de alçada deste Poder Legislativo.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, mas tem que tornar público aos Senhores Deputados, para que nós saibamos das providências e a que conclusão chega.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - As providências estão sendo tomadas, quando nós tivermos as conclusões serão participadas aos Senhores Deputados.

Requerimento n.º 2081, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estranhamos o requerimento do Deputado Rosinha, entretanto queremos deixar claro que a postura do Governo do Paraná, da Secretaria da Fazenda, tem se pautado ao longo desses anos no sentido de não conceder privilégios a quem quer que seja no setor de arrecadações do Governo do Estado.

Entretanto, nós após lermos o requerimento do Deputado Rosinha, nós comunicamos ao Deputado que fazemos questão agora, de que seja esclarecida efetivamente esta indagação, porque a postura da Secretaria da Fazenda hoje no Paraná tem sido das mais corretas, tem sido no sentido de não conceder o mínimo privilégio, por maior que seja a empresa, quanto mais pela sua influência ou pelo seu tamanho ou pelo seu tipo de atividade.

Entretanto, não nos furtamos de também, junto com o Deputado Rosinha, de encaminhar até o Secretário da Fazenda para que tenhamos também esclarecidas essas dúvidas.

No Governo do Paraná não pode ter dúvidas dessa natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - **APROVADO** o requerimento.

Requerimento n.º 2005, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado**

pelo autor.

Requerimentos n.ºs 2011 e 2014, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 021/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 038/93 e 157/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 113/92, 269/92, 349/92, 411/92, 149/93, 153/93, 158/93, 165/93 e 169/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PAULO MAIA, EM SESSÃO DO DIA 21 DE JUNHO DE 1993.

"A CIA e o separatismo (I)".
publicada no Jornal
Gazeta do Povo.

Léo de Almeida Neves
ex-Deputado Federal

Poucos dias depois do fracasso da proclamação da República Federal do Pampa, dia 23 de maio, em Santa Cruz do Sul, RS, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) veiculou previsões catastróficas a respeito da nação brasileira.

Os dois episódios, evidentemente sem nenhuma vinculação entre si, devem despertar profundas reflexões entre nós na busca de atitudes e soluções que ajudem nosso País a superar suas dificuldades e encontrar os caminhos do desenvolvimento e da justiça social.

É inquestionável que o Brasil arrosta alguns inimigos poderosos: a recessão, a inflação, a corrupção, a perda da auto-estima.

Graças principalmente à imprensa e ao movimento das ruas encabeçado pelos jovens cara-pintadas, a corrupção está em queda. Todas as formas de assalto aos cofres públicos são alvo de denúncia, investigação, processos policiais e judiciais e, certamente, serão objeto de punição exemplar. Na Presidência da República temos um político, unanimemente reconhecido, como honesto e patriota.

A inflação é o nosso pior algoz, porque corrói os salários, inibe os investimentos internos, afugenta o capital estrangeiro, estimula a especulação financeira, enfraquece o poder público e alquebranta o ânimo da população.

A recessão provoca o desemprego, amplia a fome e a miséria, faz decair ainda mais os nossos alarmantes indicadores sociais, mantém o PIB estagnado e deixa o povo sem perspectivas futuras.

No plano político-institucional, o povo brasileiro experimentou, na década de 80, duas grandes frustrações: a derrota da Emenda das Diretas no Congresso Nacional e a dramática morte do Presidente Tancredo de Almeida Neves. A primeira eleição presidencial pelo voto direto, desde 1960, que escolheu Collor 30 anos depois, trouxe também brutal decepção devido aos descalabros do seu desgoverno.

Tudo o que foi mencionado favorece aos movimentos separatistas, com a ilusão de trazer, por si só, melhorias para o povo, sendo deplorável o componente racista contra irmãos brasileiros dos poucos defensores da República do Pampa.

É verdade que a maioria dos gaúchos repudia esse movimento, mesmo porque durante o período republicano foram eles que deram o maior número de presidentes, destacando-se o estadista Getúlio Vargas, com 19 anos de governo.

Todavia, pesquisa de opinião pública realizada em vários estados revelou percentuais surpreendentemente significativos de aceitação de uma idéia tão esdrúxula.

Nesse contexto, é profundamente grave a divulgação do "Colóquio Sobre o Brasil Contemporâneo" promovido pela CIA, dia 25 de maio em Washington, que teria concluído: "no Brasil crescerão o desemprego e os distúrbios sociais e poderá advir o caos dentro de seis meses".

Pela sua natureza, a CIA faz investigações, análises e previsões sobre outros países e sorrateiramente neles atua quando considera necessário para defender os interesses norte-americanos.

Mas, quando se trata de um País amigo como o Brasil, que sempre se solidarizou com a política externa estadunidense, é estranhável que a CIA deixasse transpirar as conclusões do seu "Colóquio". O desmentido da CIA sobre o teor das conclusões não minimiza o indesculpável procedimento.

Contrapondo-se aos equivocados separatistas e aos funestos estudos da CIA, a grande verdade é que o Brasil está, neste momento, despertando para uma nova fase política, social e econômica, que há de nos projetar como potência mundial já nos albores do século 21.

Curitiba, segunda, em 21.06.93

Divulgados pela CIA textos do "Colóquio sobre o Brasil Contemporâneo", dia 25 de maio, com a previsão de que o "caos poderá advir em seis meses", três dias depois, ou seja dia 28, o governo dos Estados Unidos, através da USTR (United States Trade Representative), órgão ligado diretamente à Casa Branca, anunciou que uma Comissão Interministerial terá seis meses, prorrogável por mais três, para investigar o desrespeito à propriedade intelectual no Brasil, a par da advertência de que "não tolerariam a pirataria ou falsificação dos produtos americanos", além de ameaças de sanções às exportações brasileiras para aquele país.

Isso ocorreu poucos dias antes da prevista votação final, em Brasília, pela Câmara dos Deputados da Lei da Propriedade Industrial, que ainda tramitará no Senado. A discreta resposta do Presidente Itamar Franco, quando estava em Montevideo, a essa nada sutil interferência em nossos assuntos internos, teve o propósito de minimizar o problema, embora antecipando que o Brasil recorrerá ao GATT (Acordo Geral das Tarifas e Comércio), "caso os interesses comerciais brasileiros venham a ser afetados por eventuais ações unilaterais dos EUA".

Ainda no mês de maio, as Forças Armadas dos Estados Unidos realizaram manobras militares na Guiana, país fronteiro ao Brasil no Norte. Vale lembrar que o Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, celebrado no governo Getúlio Vargas no início da década de 50, pouco depois do começo da "Guerra Fria", em 1947 (quando os comunistas ameaçavam dominar a Grécia), e nos primórdios do conflito da Coreia, foi denunciado pelo presidente Ernesto Geisel no final de seu mandato, cessando, em consequência, as manobras militares conjuntas e outros tipos de cooperação no campo militar entre os dois países.

O encadeamento de ações norte-americanas atinentes ao Brasil, em três assuntos completamente diferentes, constituiu, ao meu ver, simples coincidência, não refletindo nenhuma hostilidade ao nosso país, mesmo porque fomos aliados nas duas guerras mundiais e temos recíprocos interesses políticos e comerciais.

Todavia, esses episódios trazem à mente que "as nações não têm amigos, têm interesses". O atual quadro internacional retrata bem a hipocrisia e contradição da política exterior dos países dominantes.

1 - O minúsculo Kuwait, riquíssimo em reservas de petróleo, tornou-se independente, no final da 2.^a Guerra Mundial, e os curdos, somando 20 milhões de pessoas, habitando principalmente regiões contíguas do Iraque, Irã e Turquia, não recebem apoio para proclamarem sua independência.

2 - A Croácia e a Eslovênia foram acodadamente reconhecidas pelas grandes nações, precipitando o desmantelamento da Iugoslávia, conforme competente análise de Mikhail Gorbachev, e o mundo assiste desolado a luta fratricida na Bósnia-Herzegovina. Abro parênteses para relembrar que participei, em 1960, na Iugoslávia, representando na condição de observador o antigo PTB, do 5º Congresso do Partido Governamental, e o país era unido, dedicado ao trabalho e nutria grandes esperanças quanto ao seu futuro, sob a liderança do legendário Marechal Tito que, então, enfrentava como dissidente do bloco comunista, defendendo a ideologia própria da autogestão, a fúria do poderoso ditador Joseph Stalin.

3 - Os nosso irmãos de origem portuguesa da Ilha de Timor são massacrados pela Indonésia sem nenhum repúdio internacional, apenas porque quiseram declarar sua independência, à época em que desmoronou o colonialismo português, com a emancipação de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ninguém mais se lembra da Colônia Portuguesa de Gôa, absorvida pela Índia à força das armas.

4 - A autodeterminação dos povos é proclamada nas conferências internacionais, enquanto a Irlanda do Norte, na velha Europa, é mantida sob o jugo britânico que, em nosso continente, domina as Ilhas Malvinas, sobrepondo-se à soberania argentina.

O término da Guerra Fria vencida pelos Estados Unidos que sobrepujaram a ex-União Soviética no campo econômico resultando na queda do Muro de Berlim e no fim do comunismo real, consagrou o êxito da estratégia de Ronald Reagan, que lançou o programa Guerra nas Estrelas e maximizou as despesas militares, no pressuposto correto que os soviéticos não suportariam a competição e haveria de sucumbir, como na verdade aconteceu.

A hegemonia militar dos Estados Unidos mudou, radicalmente, as relações diplomáticas mundiais, inclusive na América Latina. A ameaça do "perigo vermelho" na América Central e do Sul, notadamente depois que Fidel Castro assumiu o poder em Cuba, conduziu a política americana na região a ampliar a ajuda direta com doações a fundo perdido, a venda de farinha de trigo com 40 anos de prazo (que servia para escoar seus grandes estoques, prática substituída mais tarde pelo pagamento em dinheiro aos agricultores para não plantarem, o que era mais barato do que adquirir o excedente e armazená-los).

De outro lado, os Estados Unidos procuraram melhorar os preços de alguns produtos latino-americanos, dando apoio, por exemplo, ao Acordo Internacional do Café,

celebrado em 1962, cujas Cláusulas Econômicas prevaleceram, com algumas interrupções, até 5 de julho de 1989.

Sucederam-se fases isoladas ou simultâneas das políticas de AID (ajuda) e do Trade (comércio), com destaque ao programa da "Aliança para o Progresso". A realidade de hoje é nem "Trade" nem "AID", isto é, nem comércio privilegiado nem ajuda ou favores, mas, ao contrário, protecionismo, barreiras alfandegárias, quotas de importação.

A configuração do mundo moderno é que só terão vez os poderosos agrupamentos econômicos, somando população numerosa, constituída em mercado comum, daí a importância do MERCOSUL, da CEE, da Rússia, do Japão, da China, da Índia, dos Estados Unidos (mais Canadá e México no Nafta).

Contrastando com esse cenário mundial, alguns lunáticos perdem tempo no Brasil com a idéia estreita, carregada de egoísmo e preceito de preconceito racial, de pregar o separatismo. O único mérito desse "besteirol" é provocar, como está ocorrendo, a indignada reação dos patriotas, sacudir o marasmo das nossas elites e despertar o entusiasmo do povo para a busca do nosso verdadeiro destino.

"A CIA E O SEPARATISMO (FINAL)"

Dando seqüência à insanidade, na madrugada do último domingo, dia 06.06.93, foi proclamada a República Federal do Pampa, em Santa Cruz do Sul, por 33 separatistas, que prometem a "independência" até o fim do ano.

Consumou-se o crime de lesa-Pátria afrontando o princípio básico do artigo primeiro da Constituição Federal, pela qual a República Federativa do Brasil é "formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal".

Todavia, afigura-se mais importante que adotar medidas repressivas, contra esse equivocado agrupamento, refletir sobre o episódio e dele extrair lições que nos ajudem a preservar a integridade territorial e fortalecer a soberania do nosso país.

No meu entendimento, o verdadeiro perigo está na região amazônica, alvo da coibição internacional há bastante tempo. Vale lembrar a ameaça de internacionalização da Hiléia Amazônica por volta dos anos 50 e os "estudos" de Hermann Kahn e dos cientistas do Hudson Institute, na década de 70, para transformar o Amazonas em um grande lago.

A imensidão florestal da região, sua biodiversidade, suas gigantescas reservas de ouro, petróleo, cassiterita e muitos outros minerais açulam a gula estrangeira, ao mesmo tempo que se torna fácil estimu-

lar conflitos lindeiros quando as fronteiras com os países vizinhos se estendem por 9,2 mil quilômetros.

Nesse particular, merece destaque e imediata execução a proposta do comandante militar da Amazônia, general José Sampaio Maia, para a abertura de "picadão", trilha com clareiras, de cinco ou seis metros de largura, entre os marcos divisórios, ao longo de nossas fronteiras, para bem caracterizá-las e prevenir incidentes.

Da mesma forma, é elogiável a tese de promover o povoamento das zonas de fronteira, criando faixa de segurança, onde deve ser descaracterizada qualquer reserva indígena. Esta salvaguarda não elide a conveniência de demarcação de terras dos índios e o respeito as suas tradições e ao seu patrimônio.

Concomitantemente, reveste-se de suma relevância concretizar a "Iniciativa Amazônica", conjunto de acertos de complementação econômica que irão estreitar, ainda mais, nosso laços de cooperação e amizade com a Venezuela, Guiana, Suriname, Peru, Equador, Colômbia e Bolívia. O sucesso desta integração, somado aos resultados positivos do MERCOSUL, poderá redundar em um amplo Acordo Regional de toda América do Sul, como preconiza o Presidente Itamar Franco.

Hoje, a auto-estima do brasileiro baixou a níveis alarmantes. Pesquisas mostram o descrédito do povo em relação a tudo e a todos. Sem nenhuma repulsa, a TV focalizou lamentável cena da nossa bandeira sendo pisada na entrada de um Ministério em Brasília. A juventude pretere a música brasileira e se fascina pelos ritmos estrangeiros. Muitos conterrâneos das classes média e rica visitam "Niagara Falls" e desconhecem as Cataratas do Iguaçu. Viajar para Miami tornou-se modismo, enquanto são ig-

noradas as belezas turísticas do próprio país.

Há que se voltar a venerar os símbolos nacionais. Seria bom que as rádios e televisões comesçassem e terminassem suas transmissões ao som do Hino Nacional. A obrigatoriedade legal de veiculação de pelo menos 50% de música de autores brasileiros precisa ser respeitada. O ensino de primeiro grau deve valorizar o culto aos hinos e à bandeira e priorizar as matérias de história brasileira e do idioma português.

Paralelamente, chegou a hora de construir frente única para combater a inflação e pugnar pelo retorno do desenvolvimento econômico, objetivando o pleno emprego e a alimentação da fome e da miséria.

Fatores reais se acumulam para que o Brasil prospere: PIB de US\$ 450 bilhões ou US\$ 790 bilhões, conforme o novo critério do FMI; reservas cambiais de US\$ 25 bilhões; crescimento do PIB de 5,8% no semestre outubro/92 a março/93, segundo o IPEA; recorde na produção automobilística de maio, com 124.069 unidades; produção agrícola ascendente; acordo da dívida externa com o Clube de Paris e com os banqueiros privados; exportação de US\$ 40 bilhões este ano; retomada de investimentos de capital nacional e estrangeiro.

Falta domar o dragão inflacionário de 30% ao mês e distribuir melhor a renda. A unanimidade em torno do Ministro Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo sua cultura, competência e honestidade para gerir bem a política econômica, corporifica elemento de coesão capaz de impulsionar o país rumo ao seu grandioso futuro e tornar minúsculo e, depois, imperceptível qualquer movimento separatista, apoiado ou não por forças alienígenas.